



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

EVERTON CLEITON DE AQUINO SILVA

**UM ESTUDO COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
BRASILEIRO E CHINÊS: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS**

**CARUARU
2018**

EVERTON CLEITON DE AQUINO SILVA

**UM ESTUDO COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
BRASILEIRO E CHINÊS: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS.**

Monografia elaborada pelo acadêmico **Everton Cleiton de Aquino Silva** como exigência do curso de graduação em **Ciências Econômicas** da **Universidade Federal de Pernambuco – Centro acadêmico do Agreste** como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientador: Prof Msc **Márcio Micelli M. de Sousa**

**CARUARU
2018**

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 – 1242

S586e Silva, Everton Cleiton de Aquino.
Um estudo comparativo do desenvolvimento industrial brasileiro e chinês: similaridades e diferenças./Everton Cleiton de Aquino Silva. - 2018.
73f.: 30 cm.

Orientador: Márcio Micelli Maciel de Sousa
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
Inclui Referências.

1. Brasil.2. China.3. Desenvolvimento econômico. 4. Economia. I.Souza, Márcio Micelli Maciel de(Orientador). II.Título.

330CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-262)

EVERTON CLEITON DE AQUINO SILVA

**UM ESTUDO COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
BRASILEIRO E CHINÊS: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS.**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para conclusão do curso em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 20/07/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Marcio Miceli Maciel de Sousa
NG/UFPE/CAA
Orientador

Prof.º Dr.º José Valdecy Guimarães Junior
UFPE/CAA

Prof.ª Dr.ª Ana Paula Sobreira Bezerra
UFPE/CAA

DEDICATÓRIA

Ao meu querido avô, que foi meu principal motivador a buscar o conhecimento acima de tudo, que não pôde presenciar esse momento, mas com certeza ficaria imensamente feliz. Obrigado por tudo vovô Eduardo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por todas as bênçãos e saúde concedidas até então a mim e meus familiares.

A minha mãe, sempre forte e batalhadora, me incentivando de todas as formas que podia.

Aos meus familiares por todo o apoio, direta e indiretamente, em todos esses anos.

A minha esposa Mirla, que vivenciou grande parte dessa batalha, me ajudou, incentivou e aguentou dias e mais dias de mau humor, mas acima de tudo me apoiou e acreditou em mim sempre. Amo você, meu bem.

Ao meu orientador Prof. Márcio, por toda paciência e colaboração.

E por fim, a todos os amigos que a universidade me trouxe. Saibam que cada um de vocês sempre será parte importante da minha vida.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise do processo de desenvolvimento industrial do Brasil e da China, buscando comparar os processos utilizados em cada país e expor as similaridades e diferenças que ocorreram e resultaram na disparidade econômica entre eles, observando aspectos culturais, econômicos e, sociais, e as medidas governamentais realizadas por cada governo. Serão apresentados também os modelos teóricos aplicados no processo de desenvolvimento econômico, em especial no Brasil e, os inúmeros acontecimentos que influenciaram de forma positiva e negativa a evolução dos fatos durante o processo. Já na segunda parte, serão retratados os fatores determinantes e medidas adotadas pelo governo chinês que impactaram no processo de desenvolvimento econômico da China. E, por fim, as considerações finais que ressaltam as principais características encontradas em meio ao desenvolvimento industrial dos dois países. Posto isto, foi realizada revisão bibliográfica na qual foram apresentados os fatos ocorridos entre os anos 1940 até 2010, mas também relatos de períodos anteriores por necessidade de esclarecer alguns acontecimentos relevantes. Desta forma, busca-se apresentar os fatores mais importantes realizados durante o período de desenvolvimento industrial e destacando as medidas que deixam claros os motivos pelos quais o Brasil não obteve o mesmo êxito econômico da China e a tornaram uma das maiores economias do mundo na atualidade.

Palavras-Chave: Brasil; China; Indústria; Desenvolvimento econômico; Economia.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the industrial development process of Brazil and China, looking for compare the processes used in each country and exposing the similarities and differences that have occurred and resulted in the economic disparity between them, observing cultural, economic and social aspects, and government measures taken by each government. It will also present the theoretical models applied in the process of economic development, especially in Brazil, and the numerous events that influenced in a positive and negative way the evolution of the facts during the process. In the second part, the determinants and measures adopted by the Chinese government that have impacted China's economic development process will be portrayed . And, finally, the final considerations that highlight the main characteristics found in the middle of the industrial development of the two countries. After this, a bibliographic review was carried out in which the events occurred between the years 1940 and 2010 were presented, but also reports from previous periods due to the need to clarify some relevant events. In this way, we try to present the most important factors during the period of industrial development and highlighting the measures that make clear the reasons why Brazil did not achieve the same economic success of China and made it one of the largest economies in the world today.

Keywords: Brazil; China; Industry; Development; Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Endividamento externo no Brasil – 1955 - 1960	30
Gráfico 2 - A dívida externa brasileira – 1968-1984 (Em milhões de dólares)	39
Gráfico 3 - Taxa anual da inflação brasileira – 1970-1990	40
Gráfico 4 - Composição do PIB da China (1952 – 1978).....	49
Gráfico 5 - China – Abertura ao comércio internacional 1960 - 2010 (Valores em percentagem).....	53
Gráfico 6 - China – Importações 1960 – 2010 (Valores em percentagem do PIB)	55
Gráfico 7 - China – População rural 1960 – 2010 (Valores em percentagem)	56
Gráfico 8 - China – Taxa de câmbio 1960 - 2010.....	57
Gráfico 9 - China – Exportações 1970 – 2010 (Em percentagem do PIB).....	59
Gráfico 10 - China – Entrada de IDE 1980 – 2010 (Em percentagem do PIB).....	61
Gráfico 11 - China - Abertura ao comercial internacional – 1960 - 2010(IMP + EXP em % do PIB)	64
Gráfico 12 - Investimento em capital – 1960 - 2010 (Em percentagem do PIB)	65
Gráfico 13 - Exportações de alta tecnologia – 1990 - 2010 (Em milhões de dólares).....	66
Gráfico 14 - Entrada de IDE - 1975 - 2010 (Em bilhões de dólares)	67
Gráfico 15 - Dívida externa (Em percentagem do rendimento nacional bruto).....	68
Gráfico 16 - Valor acrescentado pelo setor agrícola – 1960 – 2010 (Em bilhões de dólares)	69
Gráfico 17- Exportação de bens e serviços (Em bilhões de dólares).....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção da indústria têxtil algodoeira – 1853 - 1948.....	25
Tabela 2 - Índice de mudanças no volume de importações brasileiras.....	26
Tabela 3 - Importações de maquinário industrial - 1913-30 (1 000 libras).....	27
Tabela 4 - Índices Macroeconômicos Governo JK – 1956-1959	30
Tabela 5 - Plano de Metas: Expansão prevista e resultados – 1957-1961.....	31
Tabela 6 - Desempenho econômico-financeiro do governo Goulart (1961-1963)	33
Tabela 7 - Metas monetárias do PAEG – Taxas nominais de variações	34
Tabela 8 - Evolução anual da Balança comercial, da inflação e do produto interno bruto (PIB) – 1968 – 1973.	36
Tabela 9 - Crescimento da indústria em transformação - 1965 a 1973 (%)	36
Tabela 10 - Economia brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1964-1973 (Médias anuais por período)	37
Tabela 11 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – Total e por setores de atividade – 1970 – 1984 (%)	39
Tabela 12 - Taxas anuais médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global e por setores de atividade e de crescimento da população brasileira, em períodos determinados – 1951 a 1992 – Em percentagem (%)	41
Tabela 13 - Economia brasileira: Síntese de indicadores macroeconômicos – 1990-1994	42
Tabela 14 - Economia brasileira: Síntese de indicadores macroeconômicos – 2003-2004	44
Tabela 15 - Economia Chinesa – Indicadores selecionados (1952 – 1978).....	47
Tabela 16 - China – Balança comercial 1980 – 2010 (Em percentagem do PIB)	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.....	13
2.1	Adam Smith	13
2.2	David Ricardo	15
2.3	Joseph Shumpeter.....	17
2.4	Nicholas Kaldor.....	18
2.5	Raúl Prebisch e a Cepal	20
2.6	Celso Furtado	22
3	O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO	25
4	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL CHINÊS.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos de industrialização, tratamos do princípio do capitalismo atual. E a busca por tal objetivo nem sempre é feita de forma a atingir o êxito que se espera. Para os casos dos países analisados no presente trabalho, Brasil e China, a mola propulsora do processo de industrialização partiu do setor agrícola e o seu desenvolvimento se deu através de medidas importantes realizadas pelos seus governantes à época.

No Brasil, destacou-se o acúmulo de capital oriundo da produção cafeeira ainda no século XIX, mas sendo o ponto de partida para o processo de desenvolvimento industrial a necessidade em reduzir a dependência por produtos importados. Tendo em vista a mesma dificuldade, baseada na dependência externa por produtos manufaturados, a China iniciou o seu processo de desenvolvimento de forma tardia, em comparação aos demais países que compõe o bloco das potências industriais, mas a exemplo do Brasil o setor agrícola foi essencial para o início do seu processo de desenvolvimento.

Desta forma, o presente trabalho busca demonstrar quais os fatores determinantes que levaram ao desenvolvimento industrial brasileiro não atingir o mesmo êxito do processo industrial na China observado nos dias atuais, apesar de suas semelhanças econômicas no início do processo.

Partindo dos modelos teóricos de desenvolvimento econômico que influenciou principalmente o processo brasileiro, este trabalho busca evidenciar os inúmeros acontecimentos históricos, econômicos e, sociais que influenciaram de forma positiva e/ou negativa a evolução dos fatos, assim como as medidas adotadas pelos governos dos dois países até o presente momento econômico de ambos. E assim, expor as similaridades e diferenças durante o processo de desenvolvimento industrial e os motivos que resultaram na disparidade econômica entre Brasil e China.

Para tal análise de fatos, fez-se necessário uma revisão bibliográfica por meio de livros, artigos, teses, revistas etc.. Tendo como ponto fundamental a formação da indústria de cada país e, seu respectivo desenvolvimento econômico proporcionado pelas medidas político-econômicas que foram realizadas por seus governantes, os

materiais utilizados relatam fatos ocorridos entre os anos de 1940 até 2010, porém explanam-se períodos anteriores a estes no intuito de articular a origem para determinados fatos.

No Brasil, o desenvolvimento industrial deu seus primeiros passos após sua independência a partir da abertura comercial, percebendo sua dependência comercial o governo adotou algumas políticas restritivas aos produtos importado dando início as primeiras indústrias no país no fim do século XIX. No entanto, as indústrias que tiveram origem ainda no século XIX resumiram-se a produção de bens primários e melhorias agrícolas. Seguindo com a proposta acerca do processo de substituição das importações, por volta dos anos 1940, deu-se início ao processo de desenvolvimento da indústria de base no Brasil. Com o propósito de fortalecer a indústria nacional, estimular o consumo interno e proporcionar um avanço nas exportações de produtos nacionais. O processo de desenvolvimento industrial brasileiro teve como principal momento o plano de metas instituído durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek que foi o, que podemos considerar como, ponto crucial do processo de desenvolvimento. Com o passar do tempo e os inúmeros acontecimentos econômicos ocorridos no Brasil, o país viveu vários momentos que vieram a intervir nesse processo de forma relevante e que levaram o Brasil a não atingir níveis esperados de desenvolvimento, se comparados ao sucesso obtido no desenvolvimento industrial Chinês.

Para o caso da China, o seu processo de desenvolvimento econômico se inicia a partir do governo do Mao Tse-Tung em 1949 e das medidas tomadas para a recuperação do país arrasado pelas revoluções anteriores ao seu governo, com medidas como a reforma agrária, partindo do processo de controle do Estado com foco no desenvolvimento. O processo de desenvolvimento industrial ocorre a partir de 1978, quando assume o controle do país o presidente Deng Xiaoping, realizando inúmeras medidas econômicas a frente do governo, dentre elas a abertura comercial, a China passou a ter como foco da sua economia a indústria.

Expondo então as medidas realizadas por cada país no seu processo de desenvolvimento industrial, foi possível relacionar as similaridades e diferenças entre os dois países e os principais fatores que proporcionaram à China obter um êxito relativamente superior ao desenvolvimento industrial brasileiro.

2 AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

2.1 Adam Smith

Adam Smith (1723 -1790), autor de grandes obras, não somente para economia, mas também em tantas outras áreas de conhecimento. No entanto, faz-se necessário ater a sua principal obra, *A Riqueza das Nações* (1776), e sua influência no processo de desenvolvimento econômico e industrial.

Segundo Souza (2005), Adam Smith tinha como elemento principal de seu estudo, o trabalho produtivo. A partir desse pensamento, Smith enfatiza a importância da indústria no desenvolvimento e que ela gera rendimentos crescentes de escala, uma vez que o trabalho produtivo depende de fatores como: capital, tecnologia e divisão do trabalho, e dependendo da quantidade de tais variáveis inseridas no processo, teremos um maior volume do produto. Diferentemente da agricultura que está sujeita aos fatores climáticos e ambientais não controláveis pelo homem. "É a indústria que gera economias de escala e rendimentos crescentes, neutralizadores dos rendimentos decrescentes da agricultura, que dependem da fertilidade do solo e das condições climáticas." (SOUZA, 2005, p. 58).

Nesta época, as principais teorias econômicas estavam em torno dos mercantilistas e fisiocratas. Assim, a idéia de trabalho produtivo levou Smith a contrariar os pensamentos dos mercantilistas, que tinham como principal fator de riqueza, a acumulação de metais preciosos. Em relação aos fisiocratas, Smith defendia a idéia de que o Estado deveria intervir de forma mínima e o que seu dever seria apenas de suprir as necessidades básicas à sua população. No entanto, Smith afirmava que o ciclo produtivo se dava pelo crescimento individual do trabalhador, e que se essa busca por crescimento levaria ao aumento do produto como um todo. Tal pensamento seria dissenso ao ideal fisiocrata de liberalismo, o que levou a não defender tais teorias no contexto histórico.

Adam Smith explicava pela psicologia individual, a idéia de que o interesse coletivo fica assegurado quando os particulares procuram o benefício próprio. Por exemplo, o interesse particular na exportação beneficia a coletividade, pela ampliação dos mercados, aumento da divisão do trabalho e a maior eficiência produtiva resultante. Na busca de vantagens pessoais, o homem estaria voltando-se para si próprio em um egoísmo aparente,

porque, ao agir assim estaria contribuindo para o aumento do produto e do bem estar social. (SOUZA, 2005, p. 59)

Dentre tantos fatores, Smith destacava também a importância do indivíduo poupar para gerar um acúmulo de capital que por sua vez seria reinserido no mercado em forma de investimento, pois sabia que não somente os gastos seriam suficientes para expandir os níveis de emprego e renda no mercado. Sendo assim, afirmava que o desenvolvimento está em detrimento da abertura dos mercados, divisão do trabalho e acumulação do capital, com mínima, ou nenhuma, interferência do Governo.

Dito em termos da economia contemporânea, o resultado é que os recursos são alocados para suas aplicações mais valiosas; a eficiência econômica prevalece. Além disso, devido às economias e aos investimentos dos homens de negócio – novamente, afora seus próprios interesses -, o capital acumula e a economia cresce. A busca do próprio interesse, restrita pela competitividade, tende, assim, a produzir o bem social de Smith, a produção máxima e o crescimento da economia.

Essa harmonia de interesse significa que a intromissão do governo na economia é desnecessária e indesejável. De acordo com Smith, os governos são esbanjadores, corruptos, ineficientes e concessores de privilégios de monopólio em detrimento de toda a sociedade. (Brue, 2005, p.70)

Assim, em *A Riqueza das Nações*, Smith enfatiza o poder da indústria no desenvolvimento de uma nação, pois afirma que o trabalho torna-se mais produtivo pela adição de capital na produção e que a riqueza parte da quantidade de trabalho produtivo empregada no processo. Quanto maior a proporção da população inserida no processo produtivo, maior será o produto total e o uso de máquinas auxilia no aumento do trabalho, haja vista uma diminuição do tempo de produção e dos custos, o que iria gerar um excedente de produção e, conseqüentemente, a exportação.

“Segundo Smith, o princípio que dá origem à divisão do trabalho é a propensão humana à troca. Nenhum trabalhador pode ser auto-suficiente a ponto de produzir todos os bens que necessita, porque alguns produtos requerem habilidades especiais.” (SOUZA, 2005, p. 60)

Em um ataque direto ao mercantilismo, Smith argumentou que o governo não deveria interferir no comércio internacional. As nações, como os indivíduos e as famílias, deveriam se especializar na produção de bens para os quais elas têm uma vantagem e negociá-los por bens para os quais outras nações têm uma vantagem. (Brue, 2005, p.71)

Tendo em vista todos os fatores abordados por Smith, podemos então concluir que os mercados se expandem graças ao crescimento demográfico, elevação dos salários, gerando um maior poder de compra que eleva a demanda, e por sua vez, a oferta. Não esquecendo a importância do comércio exterior para alavancar o maior crescimento e produção de excedente, e que todos esses fatores dependem do capital. Sendo assim, Smith enfatiza a necessidade da poupança que será revertida em investimentos posteriormente mercados.

2.2 David Ricardo

Em meio aos tantos autores que contribuíram a formação da escola clássica da economia, destaca-se David Ricardo (1772-1823). Este que trabalhou em prol do estudo da renda a fim de demonstrar os problemas do crescimento econômico baseado na agricultura, onde o grande problema estaria na incapacidade de produção agrícola para manutenção dos preços dos alimentos, elevando os preços dos produtos e, conseqüentemente, os salários.

Souza (2005) diz que David Ricardo destaca como principal ponto de sua análise a distribuição de renda do trabalhador, a teoria dos rendimentos decrescentes e da renda. Em seu estudo, o valor da mercadoria deve ser proporcional ao valor incorporado na sua produção, fato esse defendido por Adam Smith em sua teoria, e que a incorporação de tecnologia do processo afetará a produtividade e, por sua vez, influenciará o preço do bem final. No entanto, Ricardo discorda de Adam Smith no sentido de que, dada a função de produção da economia, deve-se levar em consideração a produtividade marginal decrescente. Uma vez que há a necessidade de ampliação da produção devido ao crescimento demográfico, a economia necessita de ampliar sua produção através do cultivo de terras menos produtivas, o que eleva os custos de produção.

Tendo em vista a redução da produção e o aumento dos custos dos produtos provenientes da presença de rendimentos decrescentes, David Ricardo ressalta a importância da concentração de renda por parte dos capitalistas, pois são esses que irão promover o desenvolvimento econômico a partir da inserção de novas tecnologias na agricultura com intuito de elevar a produtividade e reduzir os custos

sociais à população. Tal fato decorre da expansão da produção para terras menos produtivas até atingir a margem extensiva de cultivo¹. Entretanto, Ricardo afirma em seu modelo de crescimento que antes que a economia chegue à margem extensiva de cultivo, que seria considerado o estado estacionário da economia, uma variação das variáveis consideradas constantes (K, L, tecnologia) retardaria a chegada do estado estacionário, ou seja, a inserção de tecnologia proveniente de um progresso técnico ou as importações de alimentos e matérias primas manteriam o crescimento da economia.

No processo de crescimento, pode-se utilizar mais trabalho com as mesmas quantidades de capital e de terra. Porém, com estes fatores fixos, o produto total cresce a taxas decrescentes, ao mesmo tempo em que se elevam os salários monetários, reduzindo os lucros. Já o crescimento econômico com mudança tecnológica expande a produção por hectare e por trabalhador, reduzindo o preço dos alimentos e a taxa dos salários. Os lucros elevam-se porque diminui o tempo de trabalho e os custos de produção. (SOUZA, 2005, p. 71)

A visão de liberalismo comercial proposta por Ricardo, busca reforçar o conceito por ele abordado da teoria das vantagens comparativas. Ricardo afirma que com maior liberdade comercial seria possível que cada país se especializasse na produção do bem que obtivesse maior vantagem absoluta, dessa forma, os países iriam se dedicar a produção de bens que propiciassem maior eficácia de seus recursos, e conseqüentemente, atingiriam uma maior produção final. Com o livre comércio entre eles, poderia exportar o excedente de seu produto e adquirir capital para suprir sua demanda pelos demais produtos de consumo que deixara de produzir, viabilizando assim um aumento de sua produção gerada pela especialização em determinado produto e enaltecendo suas divisas comerciais.

Em um sistema de comércio perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho às atividades que lhe são mais benéficas. Essa busca de vantagem individual esta admiravelmente conectada com o bem universal de todos. Estimulando a indústria, premiando a criatividade e utilizando de modo mais eficaz os poderes concedidos pela natureza,

¹ Considere que as terras do tipo A correspondem a margem intensiva do cultivo, ou seja, as terras mais próximas do mercado e que mais produzem. As terras do tipo B são mais distantes do mercado e menos férteis. Sendo assim, as terras do tipo B, C, D, E etc., serão cada vez mais distantes e menos produtivas. Ao atingir as terras de tipo M chegaremos à margem extensiva de produção e teremos as piores terras cultivadas e mais distantes do mercado onde os lucros são nulos (lucro absoluto, lucro real e taxa de lucro).

distribui-se o trabalho mais eficiente e economicamente: enquanto, aumentando a quantidade geral de produção, difunde-se o benefício geral e une-se, por um laço comum de interesse e de intercâmbio, a sociedade universal das nações do mundo civilizado. (RICARDO *apud* BRUE, 2005, p. 115-116)

Tais fatores levaram então a necessidade do desenvolvimento tecnológico, uma vez que o modelo de crescimento ricardiano apresentava crescimento do produto decrescente, pois o trabalho poderia ser aumentado mantendo as mesmas quantidades de terra e de capital, mas com o tempo tenderia a queda do produto e final dos lucros. Somente com a mudança na tecnologia de produção, teríamos um aumento da produção por trabalhador e por hectare e aumento dos lucros, proveniente da diminuição dos custos de produção e do tempo de trabalho.

2.3 Joseph Shumpeter

Na abordagem da tese Shumpeteriana, ou também chamada de teoria do desenvolvimento econômico, o foco está não só nos fatores de produção, mas também nos investimentos voltados para o desenvolvimento. “São os produtores que exercem mudanças relevantes; os consumidores são induzidos a consumir novos produtos” (SOUZA, 2005, p.130).

No entanto, Joseph Shumpeter afirma que é impossível que haja tal desenvolvimento sem que haja crédito disponível para investimentos e desenvolvimento no setor industrial.

Em outras palavras, na ausência de desenvolvimento, no fluxo circular, funciona a Lei de Say, não havendo necessidade de crédito. “Para cada oferta, existe à espera uma demanda correspondente em algum lugar do sistema econômico; para cada demanda, uma oferta correspondente” (SHUMPETER, 1982 *apud* SOUZA 2005)

Isso é fundamental devido à necessidade de produtos inovadores no mercado. Consequentemente, outras indústrias passariam a copiar ou melhorariam tal produto inovador e aumentaria a produção e o consumo no mercado. De forma que Souza (2005, p.130) ressalta, “O empreendedor necessita de crédito para investir e ele ‘é o devedor típico da sociedade capitalista’ (Schumpeter, 1982, p. 71)”.

No entanto, Shumpeter considera que o crédito para o consumidor não é essencial ao processo, e sim o crédito à indústria.

O crédito bancário e outras formas de captação de recursos financeiros apresentam-se como uma necessidade real, para que esse agente potencial torne-se efetivamente empresário. O capital criado pelo crédito bancário proporciona o acesso do empresário à corrente de bens, podendo adquirir meios de produção, matérias primas e contratar trabalhadores. (SOUZA, 2005, p.130)

Para o Brasil, a importância desta teoria está no conceito de crédito como fator essencial do desenvolvimento, assim como a mudança de hábitos dos consumidores para que haja o desenvolvimento produtivo devido ao crescimento da demanda.

No modelo de Shumpeter, o país gera sua própria tecnologia. As invenções são aplicadas pelas empresas, gerando novos produtos e processos de produção mais eficientes. Já nos países em desenvolvimento, na maior parte dos casos, as inovações são importadas de outros países. Diante dessa deficiência, a ação do governamental é muito importante para promover a aplicação de técnicas já conhecidas no exterior e para captar recursos para investimentos, como faz o banqueiro shumpeteriano. (SOUZA, 2005, P.139)

Tendo em vista as limitações que o Brasil possui no sentido de crédito disponível às inovações e as limitações à tecnologia, os incentivos advindos do Governo passam a ser primordiais no processo de desenvolvimento.

2.4 Nicholas Kaldor

Nicholas Kaldor (1908-1986) foi um dos principais críticos à teoria neoclássica de crescimento, considerado o fundador dos modelos estruturalistas pós-keynesianos. Bresser-Pereira (1975) afirma que a teoria de Kaldor busca esclarecer a ligação entre investimento, poupança e renda, onde o nível de investimento não está condicionado à poupança, ele afirma que é a partir do nível de investimento que será determinado o nível de poupança do indivíduo, passando pelo aumento da renda. Dessa forma, um volume maior de investimento vai elevar o lucro, que por

sua vez, aumentará a renda e determinará a poupança. Pois quanto maior a renda, maior será a propensão a poupar.

Sobre o funcionamento da economia, residem quatro aspectos. O primeiro consiste na existência de retornos de escala no setor de manufatura, intimamente relacionado à estrutura especialização de trabalho e progresso técnico presente no modelo Smith-Young. Um elemento indissociável do funcionamento da economia é necessário para identificar o realismo da indústria moderna. O segundo papel da demanda em puxar o funcionamento da economia. Uma vez que os fatores de oferta foram endogenizados, a demanda acaba por ser responsável por estabelecer um ciclo positivo (ou negativo) da economia ao longo do tempo. O terceiro que o avanço técnico da indústria gera tecnologia e ganhos de produtividade que se espalham pelas outras áreas da economia, as transformando com na agricultura. Nesse sentido, a agricultura possui os ganhos de produtividade ao assimilar as tecnologias e bens produtivos na indústria, deixando de ser uma restrição ao prender trabalhadores de baixa qualificação e técnicas de baixa produtividade. A quarta é a relação entre mercado interno e externo em que a construção da integração com o mercado internacional assume a função de elevar a escala de produção e, como consequência, acelerar o avanço técnico e crescimento da produtividade e eficiência. (SANTOS, 2013?, p. 12)

Com base nos quatro aspectos destacados, Santos (2013?) ressalta a importância da indústria no desenvolvimento da economia, considerando a manufatura o centro dinâmico da economia kaldoriana, pois somente a indústria tem condições de manter o crescimento no longo prazo, assim como evidencia os ganhos oriundos da indústria a outras áreas da economia devido ao desenvolvimento tecnológico obtido que pode ser distribuídos nos demais setores, como, por exemplo, na agricultura. Os ganhos de produtividade obtidos pela agricultura a partir dos avanços tecnológicos provenientes da indústria elevam os níveis da economia e também a renda da população do campo. Melhorando o sistema produtivo como um todo, não só na área urbana, mas também nas áreas rurais a partir das melhorias e avanços na indústria agrícola, a população como um todo se beneficia com aumento de renda e isso eleva a demanda interna que é de suma importância para economia, pois vai manter a produção sempre crescente. No entanto, Kaldor destaca ainda a necessidade de expansão do mercado, impulsionado pelo crescimento das exportações, principalmente para os países em desenvolvimento de forma a romper as restrições à exportação provenientes do protecionismo à indústria nascente e reduzindo a escassez de moeda conversível gerando assim uma integração com a economia mundial.

2.5 Raúl Prebisch e a Cepal²

A Comissão Econômica para a América Latina foi criada com o objetivo de intensificar o desenvolvimento econômico dos países membros e melhorar a qualidade de vida do seu povo. Os primeiros trabalhos acerca do problema buscavam identificar e solucionar os impeditivos ao desenvolvimento econômico dessas nações. Raúl Prebisch (1901-1986) então presidente do Banco Central da Argentina e membro da Comissão apresentou um estudo no qual tomava como base o modelo centro-periferia, considerando os países desenvolvidos como o centro do modelo e os países subdesenvolvidos como periferia. Na visão de Souza (2005) esse estudo, que veio a ser considerada tese central de estudo da Cepal também chamada de Teoria Cepalina, tinha como tema uma crítica à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. A teoria de Ricardo afirma que os países deveriam se especializar na produção daqueles bens nos quais apresentassem maior vantagem comparativa nos custos. Assim sendo, os países da América Latina seriam produtores de alimentos e bens primários para exportação e importariam os bens manufaturados dos países centrais (países desenvolvidos), os benefícios aos países periféricos (países subdesenvolvidos da América latina) seriam obtidos por meio da redução dos preços dos bens finais advinda do progresso técnico gerado pelos países centrais.

A deterioração dos termos de troca pode ser explicada, segundo Prebisch, pela teoria do ciclo. Na fase ascendente, os preços e a renda sobem nos países desenvolvidos, o que eleva a demanda internacional de alimentos e matérias primas. Conseqüentemente, com preços favoráveis, os países periféricos aumentam sua oferta. Ocorre que, no caso de produtos primários, como carnes, café e outras culturas permanentes, existe uma defasagem de resposta da oferta de alguns anos e não é possível obter, de imediato, todos os ganhos possíveis decorrentes da elevação de preços. Além disso, quando os preços começam a cair, desde o fim da fase ascendente do ciclo, os países subdesenvolvidos não conseguem reduzir de imediato sua oferta, o que deprime ainda mais os preços agrícolas nas fases descendentes. Nessa fase, embora a demanda externa se retraia e os preços diminuam, a oferta agrícola tende a ter uma queda menos do que proporcional, por sua rigidez. Nos países centrais, a oferta de produtos industriais ajustasse de imediato à demanda e aos preços; além disso, a rigidez dos salários para baixo, pela ação dos sindicatos, evita maiores reduções da demanda de produtos industriais. Pela troca desigual, essa

² Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi criada pela resolução 106 (VI) do Conselho e Econômico (Ecosoc), da Organização das Nações Unidas (ONU), em 25 de fevereiro de 1948, em decisão tomada na Assembléia Geral da ONU do ano anterior.

pressão de custos é repassada à periferia. (Prebisch, 1949, p. 59 APUD SOUZA, 2005, p. 157)

“Em essência, pode-se dizer que tem apresentado um conjunto de conceitos-chave e hipóteses que orientam as políticas desenvolvimentistas da região e constituem o núcleo do chamado pensamento cepalino, baseado na tese de Raúl Prebisch.” (BRUE, 2005, p. 516). A base teórica da Cepal pode ser considerada a tese mais importante para o processo de industrialização brasileiro e teve forte influência no processo de desenvolvimento devido a sua análise focada nos países da América Latina. Prebisch formulou seu estudo com base nas economias latino-americanas visando o seu desenvolvimento através dos investimentos no setor industrial financiado pelo capital estatal. A teoria cepalina, como também era denominada, teve a contribuição de diversos autores latino-americanos, dentre eles, Celso Furtado, Aldo Ferrer, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, entre outros.

De acordo com Souza (2005), o foco deste estudo se dava por meio da substituição das importações por parte dos países subdesenvolvidos. Desse modo Prebisch afirma que os países subdesenvolvidos deveriam fortalecer a sua indústria e estimular a implantação de novas atividades e dessa forma dar impulso ao seu desenvolvimento econômico em longo prazo. Assim como, através da substituição das importações seria possível alcançar um maior crescimento e obter novas tecnologias. De início, os países apresentariam elevados custos de produção, mas como o passar do tempo e com evolução do processo produtivo seria possível obter produtos com preços compatíveis ao mercado internacional. Todavia, Prebisch destaca algumas medidas que devem ser tomadas nos países subdesenvolvidos.

A estratégia de Prebisch, para o desenvolvimento latino-americano, consistia nos seguintes pontos: (a) compreensão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, por meio do estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações; (b) incentivo ao ingresso de capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, a fim de aumentar os investimentos, sobretudo para a implantação de infra-estrutura básica; (c) realização da reforma agrária, para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, mediante expansão do mercado interno; e (d) aumento da participação do Estado na captação de recursos e na implantação de infra-estrutura, como energia, transportes, comunicações etc. (SOUZA, 2005, p.158)

Tais medidas são de extrema importância para o desenvolvimento da indústria, e conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico do país. No sentido da proteção a indústria nascente, dá-se a necessidade devido aos custos de produção inicial da indústria, sem tal proteção por parte dos governos os produtos nacionais não conseguiriam concorrer no mercado interno com os preços dos produtos importados. Dessa forma, o governo deve impor barreiras à entrada de produtos importados a começar pelos bens supérfluos, e posteriormente, pra os bens de consumo da população. Para o caso da agricultura, devemos destacar a sua importância no processo de financiamento e fornecimento de matéria prima para a indústria, uma vez que teremos um crescimento da demanda por produtos manufaturados, o desenvolvimento agrário precisa acompanhar o crescimento dessa demanda de forma a manter o fornecimento de bens para a indústria. Sobretudo há ainda a necessidade de financiamento da indústria por meio do governo, esse fato é de total importância para a instalação de novas indústrias e a sua manutenção, além da criação de novas tecnologias com o passar do tempo. “A proteção produz certo grau de monopólio e, então, capacidade de investimento e pesquisa de novos produtos e processos. A produção de novos bens ou produtos aperfeiçoados leva à aprendizagem tecnológica”. (SOUZA, 2005, p. 154)

2.6 Celso Furtado

No Brasil um dos principais divulgadores e defensor árduo da teoria da Cepal foi Celso Furtado (1920 – 2004). Importante economista brasileiro, autor de obras importantes no cenário econômico nacional, participou do processo de consolidação da CEPAL, no Brasil foi o fundador da SUDENE³, participou do processo de criação do BNDE⁴. “Enquanto expoente do desenvolvimentismo, Furtado é um dos pais do intervencionismo keynesiano no Brasil e o primeiro pensador brasileiro a

³ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628. Entidade autárquica, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, o BNDE inicialmente esteve sob jurisdição do Ministério da Fazenda.

desenvolver um modelo de análise baseado na heterodoxia estruturalista.” (MANTEGA, 1989, p.29).

Segundo Mantega (1989), Celso Furtado observara em seus estudos que até os anos 1950 a economia brasileira tinha o modelo agroexportador como principal atividade econômica, o desenvolvimento esbarrava nas imposições advindas dos grandes latifundiários que não apoiavam o processo desenvolvimentista oriundo da industrialização. Dessa forma, apoiado nas ideias propostas por Raúl Prebisch que foram apresentadas à CEPAL como forma de solucionar a problemática do desenvolvimento nos países da América Latina, Furtado passa a manifestar a importância do desenvolvimento industrial como forma de superar o subdesenvolvimento no país. “Ao virem ao Brasil para divulgar as ideias da CEPAL, Prebisch e Furtado encontram, as portas abertas, principalmente das assessorias econômicas das Confederações e Federações da Indústria, cujos membros se tornaram desenvolvimentistas entusiastas.” (MANTEGA, p. 33). Apoiado pela burguesia industrial brasileira, Celso Furtado defende em suas análises a necessidade de combater o livre comércio entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, baseado na proposta de Prebisch que afirmara que os países desenvolvidos obtêm vantagens no comércio com países subdesenvolvidos e dessa forma os países periféricos sempre estariam em desvantagem no mercado.

Os países subdesenvolvidos, deixados à mercê das leis naturais do mercado, tendem a permanecer agroexportadores e a perpetuar o atraso e o próprio subdesenvolvimento. Cabe aos Estados, portanto, assumir a condução do processo de desenvolvimento, implantando ou impulsionando a industrialização por meio do planejamento econômico. (MANTEGA, 1989, p. 32)

Com base no que Mantega (1989) afirma, podemos concluir que Celso Furtado enfatiza a necessidade de melhorias no planejamento econômico nacional de forma que o Estado possa ser o principal investidor no processo de desenvolvimento, implantando e impulsionando a industrialização no Brasil. Esses investimentos deveriam priorizar a indústria de base, como por exemplo, mineração, energia, transporte, telecomunicações, dentre outras. Assim como seria necessário desenvolver a indústria de forma a substituir as importações e que o Estado teria um papel fundamental no protecionismo da indústria nascente de forma que o produto nacional pudesse concorrer com os produtos importados no mercado interno. Ainda

visando o desenvolvimento, Furtado defendia a intervenção estatal também na área agrícola de forma a desenvolver os processos e a fortalecer o setor agroexportador, levando a uma distribuição de renda difundida, conseqüentemente, aumentando a produtividade devido ao aumento da demanda.

Furtado (1950) ressalta ainda, o problema da inflação nos países subdesenvolvidos, oriundo da rigidez da oferta nessas economias. Então, com o crescimento da renda e da demanda do mercado interno e com os investimentos aplicados de forma assertiva, seria possível aumentar a eficiência industrial rompendo com a rigidez de oferta e solucionando o problema da inflação nas economias subdesenvolvidas.

3 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

O desenvolvimento industrial do Brasil teve como mola propulsora o Plano de Metas, porém não podemos desconsiderar o início do processo. A economia brasileira ao longo de sua história teve a exportação de bens primários como principal foco e os investimentos do governo sempre foram voltados ao desenvolvimento produtivo do setor agrícola. Isso levou ao atraso do desenvolvimento industrial, que sempre esteve em segundo plano até a década de 1930.

Após a independência do Brasil, o governo promoveu uma política de portas abertas aos produtores manufaturados mundiais, o que levou a um excesso de produtos importados, principalmente da Inglaterra, e anularam as tentativas de produção de produtos manufaturados em nosso país. Com o passar dos anos, o governo adotou um política tarifária às importações com intuito de aumentar sua receita, o que resultou no nascimento de algumas indústrias têxteis, uma vez que os impostos sobre importação de bens chegaram a uma alíquota de 50%, em média, em 1860. Foi então a partir da década de 1840 que a indústria do Brasil deu uma guinada, e em 1880 já apresentava números expressivos segundo dados disponíveis, concentrados principalmente nas regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro. (BAER, 2002)

Tabela 1 - Produção da indústria têxtil algodoeira – 1853 - 1948

Ano	Nº de fabricas	Operários	Produção (1.000 metros)
1853	8	424	1.210
1866	9	795	3.586
1885	48	3.172	20.595
1905	110	39.159	470.783
1915	240	82.257	470.783
1921	242	108.960	552.446
1925	257	114.561	535.909
1929	359	123.470	477.995
1932	355	115.550	630.738
1948	409	224.252	1.119.738

Fonte: Baer, Werner. 2002 - A Economia brasileira – Uma breve análise desde o período colonial até a década de 1970 – p. 46

No início do século XX, a produção industrial do Brasil manteve seu crescimento sutil com indústrias voltadas para o setor têxtil, uma forma de reduzir as importações de tais produtos, e de outros produtos que visavam atender apenas a demanda interna.

A Primeira Guerra Mundial não impactou o crescimento da indústria no Brasil. Segundo Baer (2002), tal fato ocorreu devido à interrupção da navegação que reduziu a importação de insumos e bens de capital. No entanto, houve um crescimento na capacidade produtiva da indústria pela necessidade de suprir a demanda interna e também pelo aumento da exportação de alguns produtos para países próximos, como Argentina e outros países do MERCOSUL, apesar dessas exportações não apresentarem um impacto relevante.

Na década de 1920, com o fim da Primeira Guerra Mundial, houve uma diversificação dos setores advinda de investimentos obtidos pelo aumento da produção durante a Guerra, também por meio de incentivos do governo com a isenção de impostos para importação de equipamentos e também do aumento do capital estrangeiro em outros setores produtivos. No entanto, as oscilações cambiais ocorridas nesse período foram um fator determinante para a indústria. Em determinado momento, a queda no valor da libra esterlina fez aumentar as importações de produtos e reduzir o consumo interno, que por sua vez aumentou as importações de maquinário para a indústria. Porém, o governo adotou algumas políticas protecionistas pouco tempo depois para retração desse efeito importador.

Tabela 2 - Índice de mudanças no volume de importações brasileiras

Período	Bens de consumo	Matérias-primas	Combustíveis	Bens de capital	Total
1911-13	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1914-18	45,1	47,8	65,0	22,2	44,6

Fonte: Baer, Werner (2002) - A Economia brasileira – Uma breve análise desde o período colonial até a década de 1970. P. 54

Com a crise do café, o governo passou a considerar o desenvolvimento industrial como salvação da economia, foi o início do desenvolvimento industrial de fato e o plano de substituição das importações, que por sua vez tinha parcela considerável no déficit da balança comercial do país. “A depressão da década de 1930 causou um impacto fortemente negativo sobre as exportações brasileiras, cujo valor sofreu uma queda de U\$ 445,9 milhões em 1929 para U\$ 180,6 milhões em 1936” (BAER, 2002, p 54). Podemos destacar dois pontos principais do início do processo: a crise do café e a Segunda Guerra Mundial.

A crise do café evidenciou a fragilidade e dependência do país em um só produto. No entanto, o desenvolvimento industrial só foi possível graças aos lucros obtidos com a superprodução de anos anteriores. As primeiras indústrias no Brasil, principalmente no setor têxtil, foram criadas pelos grandes importadores brasileiros que viram mais vantagem em produzir no Brasil que importar e também pelos grandes cafeicultores que passaram a investir na infraestrutura para melhorar a logística da produção.

Os imigrantes tiveram grande importância para o processo industrial, pois as experiências trazidas das manufaturas européias ajudaram na produção nacional, mas foi também essa parcela de imigrantes que elevou a demanda no mercado interno, houve um fortalecimento da mão de obra das indústrias que necessitavam de operários qualificados dos quais o Brasil até então carecia. Além disso, parte desses imigrantes foi de investidores, que se arriscaram investindo em novas empresas no Brasil, colaborando com o crescimento da indústria no país com capital vindo do exterior.

Tabela 3 - Importações de maquinário industrial - 1913-30 (1 000 libras)

Ano	Maquinário têxtil	Outros
1918	314	760
1919	416	1189
1920	752	3587
1921	954	3137
1922	839	1443
1923	934	1537

1924	1128	2744
1925	1778	3433
1926	1050	3306
1927	740	2985
1928	755	3415
1929	562	4095
1930	283	2220

Fonte: Baer, Werner. (2002) - A Economia brasileira – Uma breve análise desde o período colonial até a década de 1970. P. 55

Com o início da Segunda Guerra Mundial, houve uma redução do comércio mundial e o Brasil foi obrigado a investir na indústria para suprir as necessidades internas de consumo, que em sua maioria eram de produtos importados. Tal fato se deu não apenas pela impossibilidade de importação como também pelos aumentos dos preços dos produtos devido à escassez do mercado no período. “Da mesma forma que ocorreu na Primeira Guerra Mundial e na metade da década da Depressão, a Segunda Guerra Mundial representou para o Brasil um período de aumento da produção, mas de pouca expansão da capacidade produtiva.” (Baer, 2002, p 58).

O governo investiu nas indústrias de base e isso só foi possível graças ao apoio norte americano. Foi a partir desses investimentos que nasceram as primeiras grandes indústrias do país - a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia Vale do Rio Doce ambas com propósito de fornecer matéria-prima para armas e equipamentos de guerra. Esses investimentos geraram ao Brasil, no pós-guerra, um superávit na balança comercial e um lucro considerado bom para a época, que poderia ter levado a um melhor desenvolvimento, mas o governo da época acabou por não investir corretamente os lucros.

O governo de Gaspar Dutra (1946-1951) malbaratou os créditos acumulados, dilapidando-os na compra de produtos supérfluos e quinquilharias (artigos de plástico etc.) e de alguns bens imóveis supervalorizados (como o prédio da embaixada brasileira em Londres). E, quanto aos bens de capital, aceitou uma posição caudatária, ao importar máquinas de segunda mão, já superadas e obsoletas, que as indústrias norte-americanas dispensavam e substituíam por máquinas mais modernas, resultantes das novas conquistas científicas e tecnologias. (BRUM, 2009, p 212)

O Plano de metas, que podemos considerar como ponto chave do processo de industrialização brasileiro, foi proposto no governo de Juscelino Kubistchek (JK) a partir da elaboração de trinta metas, divididas em cinco setores e com o propósito de promover o desenvolvimento do país de forma acelerada. O projeto tinha como objetivo o desenvolvimento industrial nacional com base nos produtos de base e da melhoria da infraestrutura, isso levaria a uma melhoria significativa do bem estar social, qualidade de vida e melhor distribuição de renda para a população.

Trinta objetivos foram agrupados em cinco metas: (1) energia – elétrica, nuclear, carvão mineral e petróleo; (2) transporte – ferroviário, rodoviário, serviços portuários e de drenagem, marinha mercante e transporte aeroviário; (3) alimentação - trigo, silos, frigoríficos, matadouros industriais, modernização agrícola, fertilizantes; (4) indústria de base – siderurgia, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, celulose e papel, borracha, exportação de minério de ferro, indústria mecânica e de material elétrico pesado; (5) educação - formação de pessoal técnico. (BRITO, 2004, p 16)

Com base na visão da CEPAL, JK abriu mão do sistema nacionalista e colocou em prática o chamado “nacional-desenvolvimento”, onde focava o capital estatal para a indústria de bens duráveis, que diferentemente de Vargas optou pela participação do capital externo através de empréstimos e financiamentos. JK abriu o país para a entrada de multinacionais que fortaleceram a iniciativa privada por meio de investimentos técnicos e produtivos que tais empresas disponibilizariam com sua chegada.

Um fator de extrema importância para o plano de metas foi o financiamento externo, haja vista a dimensão de capital necessário para a realização de tais projetos. O governo então realizou algumas medidas para suprir suas necessidades.

Entre as fontes possíveis de financiamento, na época, incluíam-se: aumento das exportações através de reforma cambial que corrigisse a sobrevalorização da moeda nacional; aumento da poupança, forçando acumulação interna de capital através de uma reforma tributária; capital estrangeiro através da obtenção de créditos no exterior e investimentos diretos de empresas multinacionais; aumento da emissão de papel moeda, elevando as taxas de inflação. (BRUM, 2009, p 239)

Devido a esses fatores, evidenciou-se um problema inflacionário que viria a trazer grandes problemas no futuro. Durante seu governo, a inflação passou de 12% a.a para uma média de 25,2% a.a durante o quinquênio do governo, apesar de todos os esforços do Governo Federal. “De fato, o principal mecanismo de financiamento

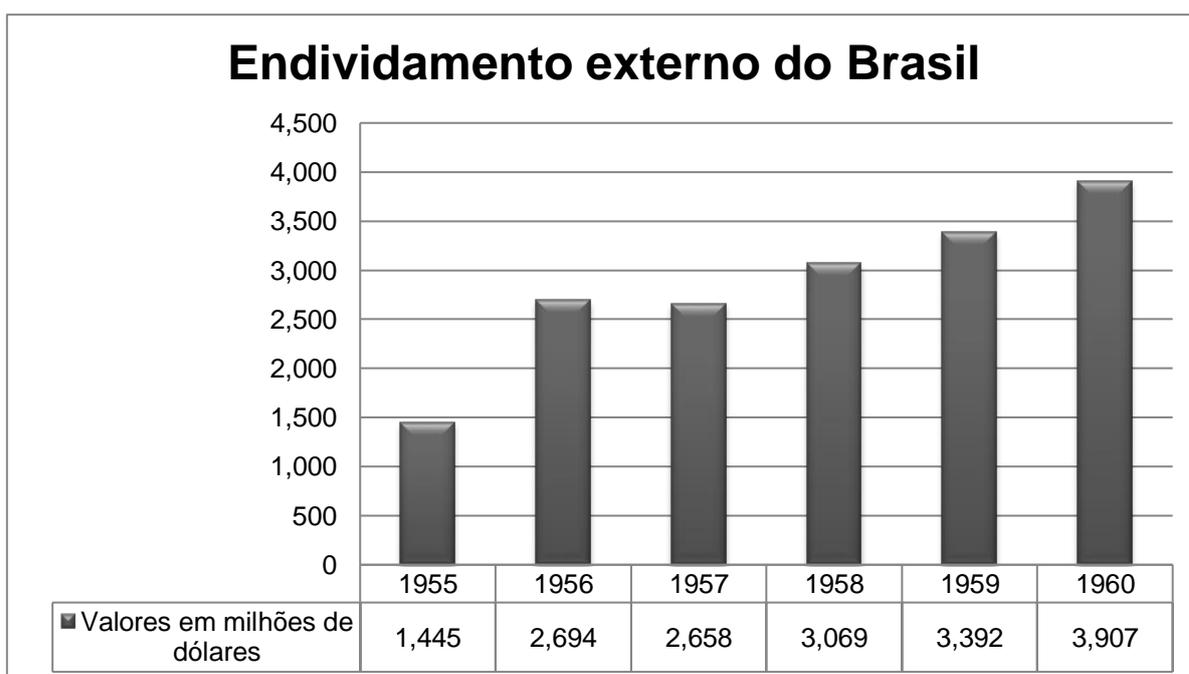
do Plano de Metas foi à inflação, resultante da expansão monetária que financiava o gasto público e do aumento do crédito, que viabilizaria os investimentos privados”. (Giambiagi *et al*, 2002, p.57). Além disso, durante esse período que houve a maior entrada de capital externo até então, diferentemente de períodos anteriores, os recursos não foram somente oriundos de empréstimos e financiamentos, mas também da entrada de empresas multinacionais visando à produção de bens duráveis, expandindo a produção industrial nacional.

Tabela 4 - Índices Macroeconômicos Governo JK – 1956-1959

Ano	Produto Interno Bruto (PIB) - variação em volume (%)	Inflação – Variação anual (%)
1956	2,9	24,5
1957	7,7	7,0
1958	10,8	24,4
1959	9,8	39,4
1960	9,4	30,5

Fonte: Elaboração própria, com base em dados coletados junto à base de dados do IBGE e Base de dados Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1 - Endividamento externo no Brasil – 1955 - 1960



Fonte: Brum, Argemiro. (2009) – Desenvolvimento Econômico Brasileiro – p. 240. Dados coletados a partir de tabela 8. P 240.

No sentido geral, Brum (2009) afirma que o plano de metas trouxe para o país uma série de benefícios e o tão falado desenvolvimento que se buscava e houve crescimento de 8,1% do produto interno bruto (PIB) no período e de 5,2% da renda per capita. As áreas produtivas nos quais foram realizados os investimentos cresceram exponencialmente, mas algumas falhas no processo foram marcantes. A agricultura e a educação não atingiram o mesmo sucesso que as demais áreas de investimentos, e também o aumento da dívida externa no país, que chegou a quase US\$4 bilhões. Outro fator importante está relacionado à abertura para o capital externo, pois o intuito do governo era de se beneficiar com os investimentos trazidos pelas empresas estrangeiras para o Brasil, entretanto as multinacionais passaram a assumir controle do mercado interno, desbancando as empresas nacionais. Além do que as máquinas enviadas para o Brasil, que se esperava que fossem de última geração, na verdade, eram máquinas ultrapassadas ou sucateadas no país de origem, assim, as empresas estrangeiras mantinham as novas tecnologias no centro produtivo e seguiam com o antigo conceito de manter o subdesenvolvimento nas periferias.

Tabela 5 - Plano de Metas: Expansão prevista e resultados – 1957-1961

Setor	Previsão	Realizado	%
Energia elétrica (1 000 kW)	2 000	1 650	82
Carvão (1 000 ton.)	1 000	230	23
Produção de petróleo (1 000 barris/dia)	96	75	76
Refino de petróleo (1 000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1 000 km)	3	1	32
Rodovias – construção (1 000 km)	13	17	138
Rodovias – pavimentação (1000 km)	5	-	-
Aço (1 000 ton.)	1100	650	60
Cimento ((1 000 ton.)	1400	870	62
Carros e Caminhões (1000 unid.)	170	133	78
Nacionalização de carros (%)	90	75	-
Nacionalização de caminhões (%)	95	74	-

Fonte: GIAMBIAGI, Fabio *et al*, 2005 – Economia Brasileira Contemporânea. P 56.

No início dos anos 1960, o país já começava mostrar sinais de desaceleração no crescimento, tendo em vista o final do governo JK que já demonstrava diminuição

dos investimentos e alta da inflação. Em 1961, Jânio Quadros assume a presidência e se depara com um momento de economia estagnada e frente a isso, assume uma postura severa de cortes, suspensão de gastos, e investimentos para reorganizar as contas. Tais medidas são bem aceitas pelos credores internacionais e o FMI⁵. No entanto, logo em seguida, Jânio Quadros renuncia à presidência e tudo muda no cenário econômico que caminhava para uma melhora.

Defrontado com os problemas macroeconômicos herdados da administração JK, Jânio (que assumiu o governo em 31 de janeiro de 1961) tratou de lançar um pacote de medidas de cunho ortodoxo, que incluíam uma forte desvalorização cambial e unificação do mercado de câmbio (Instrução 204 da Sumoc⁶), a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios ainda concedidos às importações de petróleo e trigo. (Giambiagi, Fabio *et al.* 2005. P 60.)

Assume então o vice presidente eleito João Goulart em meio a esse período de turbulências. Brum (2009) afirma que a economia se retrai ainda mais, os investimentos diminuem, inflação aumenta e o PIB e a renda per capita caem. Ocorre então uma situação de estagflação no país, onde a economia se encontra estagnada e a inflação nas alturas. “Diminuiu o ritmo das atividades econômicas, enquanto a população crescia. Com o agravamento da deterioração econômica e das incertezas, o empresariado se retraiu. (BRUM, 2009, p 260).” O setor industrial, em especial as multinacionais que produzem bens duráveis, não consegue produzir devido à baixa demanda causada pela diminuição do poder de compra advindo da inflação e assim não consegue gerar recursos para novos investimentos. “Para os autores de tradição estruturalista, como Tavares e Serra, essa seria uma típica crise cíclica, relacionada com a conclusão do volumoso conjunto de investimentos do plano de Metas” (LACERDA *et al*, 2006, p.108).

A política industrial exagerada com ênfase na substituição de importações, sem abertura para exportação de industrializados, por tempo muito prolongado, manteve a economia brasileira muito fechada. E os resultados negativos dessa orientação são ainda hoje sentidos, especialmente no atraso tecnológico e na incapacidade de amplos setores da indústria brasileira em enfrentar a concorrência internacional. (BRUM, 2009, p.267)

⁵ Fundo Monetário Internacional

⁶ Superintendência da Moeda e do Crédito

Tais fatos levaram ao aumento do desemprego, que gerou um efeito cascata na economia, pois o país tinha como ponto forte o comércio interno, graças à política de substituição das importações, que poderia até ser amenizada pelo incentivo das exportações dos produtos agrícolas, porém o governo não recorreu a essa solução. Todos esses problemas só agravaram o déficit do país, que por sua vez buscou novos investimentos no exterior, porém o FMI se recusou a fornecer novos empréstimos devido à situação em que se encontrava a economia nacional.

Tabela 6 - Desempenho econômico-financeiro do governo Goulart (1961-1963)

Ano	Crescimento do PIB (%)	Inflação (%)	Exportação*	Importação*	Balanco de Pagamentos*
1961	8,6	47,79	1.403	1.292	111
1962	6,6	51,65	1.214	1.304	-90
1963	0,6	79,87	1.406	1.294	112
1964	3,4	92,10	1.430	1.086	344
1965	2,4	34,50	1.595	940	655
1966	3,8	39,10	1.741	1.303	438
1967	4,8	25,00	1.654	1.441	213

Fonte: Brum, Argemiro, 2009 – Desenvolvimento Econômico Brasileiro – P. 260

*Em milhões de dólares correntes

Em 1964 ocorre o golpe militar no Brasil, João Goulart é deposto da presidência em 31 de março de 1964 e assume o Marechal Humberto Castello Branco em 15 de abril de 1964. Mesmo assim as classes econômicas, que têm um discurso contrário a intervenção do Estado na economia, apoiaram o regime. “Quando favorece o capital, a intervenção do Estado é bem aceita pela burguesia.” (BRUM, 2009, p.304). O país se encontrava numa situação econômica precária e sem crédito no exterior, o FMI e o Banco Mundial (BM) não aceitavam as seguidas tentativas de novos empréstimos. Isso fez, segundo Brum (2009), com que a indústria brasileira não pudesse prosseguir com sua evolução, o governo militar propôs cortes em todas as áreas, a importação de matéria-prima estava escassa devido à falta de crédito no mercado internacional. A produção industrial se mantinha, basicamente, graças às multinacionais que dispunham de recursos e novos investimentos oriundos de suas matrizes. Tendo em vista vários problemas econômicos, seus ministros seguem com o plano de estabilização econômica para

que a economia possa se reorganizar e retornar ao crescimento. Através do PAEG⁷ que teve como principal objetivo a estabilização da inflação e a retomada dos investimentos nas áreas produtivas, medidas econômicas com intuito de aumentar a acumulação de capital foram realizadas, assim como as negociações junto ao FMI e BM foram retomadas e novos empréstimos foram disponibilizados. Essas mudanças adotadas serviram como garantias aos investidores que retomaram a confiança e voltaram a investir no Brasil. Nesse período foram criados novos incentivos a fim de promover o desenvolvimento industrial através de alguns programas de governo, foram eles: Finame, Fundece, Funtec, Finep, Fipene⁸.

O PAEG atingiu seus objetivos. Houve a correção das principais distorções da economia; saneamento das finanças públicas; recuperação da capacidade de investimento das empresas estatais; renegociação da dívida externa, com alongamento dos prazos de pagamento; aumento da participação do Brasil no comércio mundial; reequilíbrio do balanço de pagamentos; restabelecimento da confiança e credibilidade no exterior; razoável controle da inflação e retomada do crescimento econômico. (BRUM, 2009, p.316-317)

Tabela 7 - Metas monetárias do PAEG – Taxas nominais de variações

Indicador	Metas		
	1964	1965	1966
Receita da União	15%	58%	-
Despesas da União	-27%	42%	-
Defícit da União	-62%	3%	-
M1 ⁹ e Crédito privado	70%	30%	15%
Inflação	70%	25%	10%

Fonte: Giambiagi, Fabio *et al.* 2005. p. 72

⁷ Plano de Ação Econômica do Governo

⁸ Finame (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais);

Fundece (Fundo de Democratização do Capital das Empresas);

Funtec (Fundo de Desenvolvimento Técnico-científico);

Finep (Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas);

Fipeme (Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas).

⁹ M1 refere-se à base monetária: a soma das cédulas e moedas em poder do público e em depósitos à vista no sistema bancário.

O governo passou a adotar uma política de estatização e com isso várias áreas em desenvolvimento passaram a ser controladas pelos militares. “Nessa fase, os grupos estrangeiros utilizaram suas disponibilidades de capital aqui para adquirir empresas nacionais em ramos de seu interesse e que enfrentavam dificuldades financeiras para sobreviver” (BRUM, 2009, p.320). Porém, a falta de conhecimento específico para manter determinadas áreas de produção em crescimento, acabou gerando prejuízos nas indústrias, como o caso do setor farmacêutico, que dependia de novas tecnologias, investimentos em máquinas e novos processos. Essas empresas começaram a perder espaço no mercado e com pouco tempo foram “engolidas” pelas multinacionais que dispunham de mais capital, proveniente de suas matrizes. Foi então dessa forma que as multinacionais passaram a dominar o mercado nacional desse ramo.

Em 1967, assume Arthur da Costa e Silva, seguindo a mesma vertente ortodoxa do governo anterior. Foi um período marcado pelo crescimento dos investimentos externos. Chamada de euforia do desenvolvimento, segundo Brito (2004), foi com a ajuda desse capital vindo do exterior, inclusive criticado pela oposição, que a economia retomou o rumo do crescimento com alta do PIB e iniciou o período de ascensão econômico.

Em 1967, foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED). Com a economia brasileira aquecida, dadas as condições favoráveis internas e externas para a acumulação de capital, foi criada a Resolução nº 63 do Banco Central, que permitia o livre ingresso do capital estrangeiro. O direcionamento foi para a industrialização. Àquela época, o capital que mais se dirigiu ao país foi o capital de risco. (BRITO, 2004, p.19)

A fase de glória da indústria nacional ocorreu no período de 1968 a 1973, chamado “milagre brasileiro”. Nesse período o governo do presidente Médici propôs um plano de crescimento acelerado da economia e manutenção da inflação de acordo com Brum (2009), que foi denominado Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Assim o país obteve o maior crescimento já visto, durante o período a economia cresceu a taxas médias de 10% ao ano e sua inflação na média de 20% ao ano.

Ultrapassada a fase de estabilização, o país estava preparado para uma nova etapa de expansão econômica. O crescimento econômico acelerado passou a ser preocupação central. Seu carro-chefe, a expansão industrial,

sobretudo a indústria de bens de consumo duráveis. Era uma opção que priorizava o consumo das camadas altas e média da sociedade e os setores industriais que produziam esses bens. Um modelo econômico característico de sociedades em elevado estágio de desenvolvimento e com alto padrão de vida. (BRUM, 2009, p.322)

Tabela 8 - Evolução anual da Balança comercial, da inflação e do produto interno bruto (PIB) – 1968 – 1973.

Ano	Exportações*	Importações*	Saldo*	Inflação %	Crescimento do PIB (%)
1968	1.881	1.855	26	25,4	11,2
1969	2.311	1.992	318	19,3	10,0
1970	2.739	2.507	232	19,3	8,8
1971	2.904	3.247	-343	19,5	11,3
1972	3.991	4.232	-241	15,7	11,9
1973	6.199	6.192	7	15,6	14,0

Fonte: Brum, Argemiro, 2009 – Desenvolvimento Econômico Brasileiro – P. 323

*Em milhões de dólares correntes

O crescimento ajudou numa escala geral todas as áreas da economia, em especial a indústria, que recebeu muitos investimentos, afirma Brum (2009). Tais investimentos foram distribuídos tanto para as empresas estatais, quanto para as empresas privadas e multinacionais. Tudo isso ocorreu graças às negociações realizadas junto ao FMI e BM que trouxeram novamente a confiança dos investidores no país e os investimentos externos passaram de US\$ 30 milhões em 1963 para US\$938 milhões em 1973. O crescimento foi novamente alavancado pelo setor automobilístico que cresceu cerca de 30% no período e também pelo crescimento do crédito ao consumidor, que levou ao aumento da demanda interna por produtos duráveis.

Tabela 9 - Crescimento da indústria em transformação - 1965 a 1973 (%)

Indústria	1965-1968	1967-1970	1970-1973
I – Bens duráveis	4,8	11,6	4,5
1. Duráveis	13,4	21,9	5,5
1.1 Transporte	13,1	23,9	-1,0
1.2 Elétricos	13,9	17,4	16,0

2. Não duráveis	3,6	9,7	4,2
II – Bens de produção	9,1	13,7	8,6
1. Capital	4,5	13,7	8,4
2. Intermediário	10,8	13,7	8,7
TOTAL	6,8	12,6	6,6

Fonte: LACERDA, Antônio Corrêa de [et al], 2006 – Economia Brasileira – p. 122

Com uma nova mudança de governo, agora com Ernesto Geisel (1974-78) como presidente, um novo plano econômico foi importado. Foi posto em prática o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com intuito de manter o crescimento dos anos anteriores, tendo como foco os investimentos industriais e desenvolvimento nos setores de base de modo a restabelecer a ideia de substituição das importações. De acordo com Giambiagi (2005), os índices de crescimento que o Brasil obteve durante o período do “milagre econômico” fora oriundo de capital externo, tanto por meio de importações como também de financiamentos, levando ao um aumento da dependência financeira junto aos países que investiam no Brasil, mas também a uma dependência estrutural em relação ao petróleo como matriz energética para indústria em desenvolvimento.

Paralelamente, o aumento da dívida externa ampliou a dependência e a vulnerabilidade financeira externa da economia. Para cumprir os encargos da dívida é necessário: gerar superávits comerciais, para compensar (total ou parcialmente) as despesas financeiras, controlando, assim, os déficits de conta corrente; e/ou captar novos recursos no mercado externo, refinanciando a dívida, de modo a compensar os déficits correntes com superávits na conta de capital. Nos dois casos o país torna-se mais dependente do mercado internacional e, portanto, mais vulnerável a seus reveses: [...] Na ausência dessas condições, o crescimento econômico e/ou a estabilidade monetária do país devedor ficam comprometidos, porque será inevitável comprimir o *quantum* das importações de bens de produção, e possivelmente, promover uma desvalorização cambial. (GIAMBIAGI *et al*, 2009, p. 95-96)

Tabela 10 - Economia brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1964-1973 (Médias anuais por período)

Indicadores	Médias 1964-67	Médias 1968-73
Crescimento do PIB (% a.a)	4,2	11,1

Inflação (IGP dez/dez., % a.a)	45,5	19,1
FBCF¹⁰ (% a preços correntes)	15,5	19,5
Tx. de cresc. das exportações (US\$ correntes, % a.a)	4,1	24,6
Tx. de cresc. das importações (US\$ correntes, % a.a)	2,7	27,5
Balança Comercial (US\$ milhões)	412	0
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	15	-1.198
Dívida externa líquida/ Exportação de bens	2,0	1,8

Fonte: Giambiagi, Fabio *et al.* 2005. p. 79

No entanto, o primeiro choque do petróleo (1973) restringiu a produção brasileira, pois o alto custo do petróleo reduziu suas importações e por se tratar de um produto-chave na produção industrial, reduziu o crescimento dos índices da indústria brasileira. Assim como, os investimentos externos passaram a ser mais escassos, pois os grandes credores mundiais restringiram o crédito e aumentaram as taxas de juros, consequência do aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional o que impactou fortemente na economia dos países em desenvolvimento como o Brasil (GIAMBIAGI, 2009). Diante disso o Brasil seguiu a premissa de crescimento com endividamento, pois os grandes investimentos que ocorreram no período do “milagre brasileiro” resultaram em indústrias com tecnologias saturadas e ultrapassadas que necessitavam de novos investimentos para seguir com sua produção maximizada. Então o governo recorreu novamente aos credores externos e o desenvolvimento ocorreu graças aos petrodólares¹¹ obtidos a partir dos lucros dos grandes produtores de petróleo que foram disponibilizados para o desenvolvimento dos países periféricos. Giambiagi (2009) afirma ainda que o governo conseguiu manter o crescimento no período (1974 - 1980), não no mesmo patamar, mas a níveis médios de 6,9% a.a. O fato a se destacar sobre o período foi o crescimento da dívida brasileira, motivada pelos impulsos no desenvolvimento e alta dos insumos com o aumento do petróleo, que passou de US\$ 5,9 bilhões em 1970 para US\$ 91 bilhões em 1981 e adiou a crise brasileira, que de fato, veio à tona em 1981.

¹⁰ FBCF – Formação bruta de capital fixo.

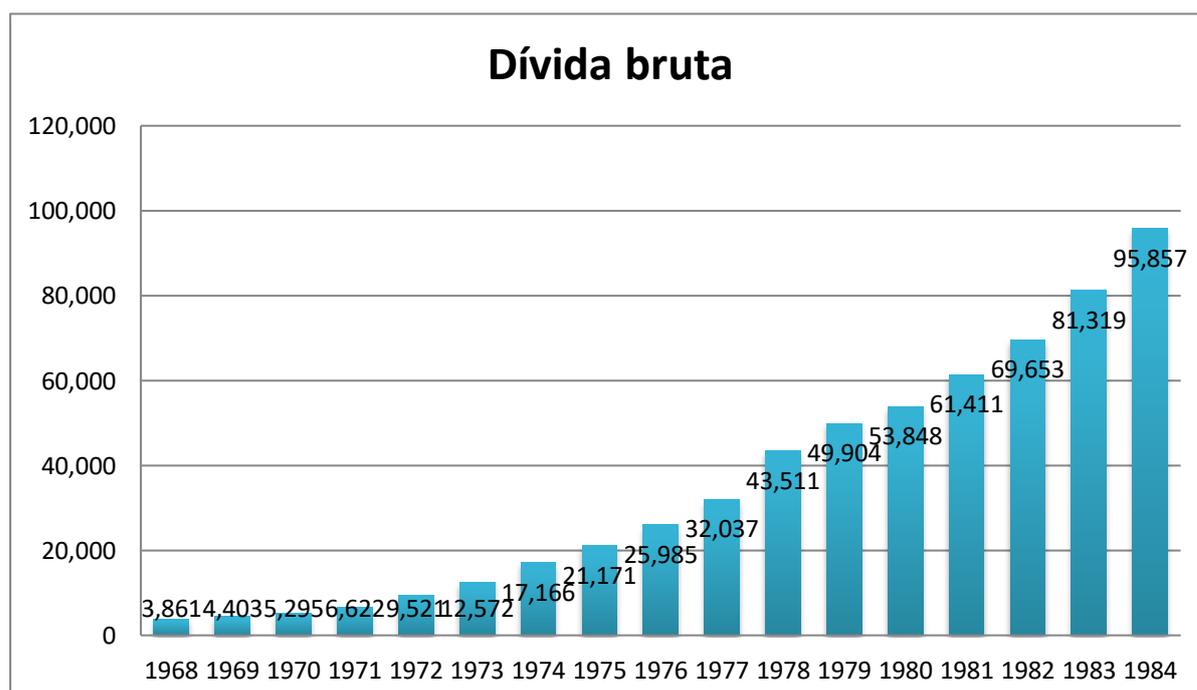
¹¹ Divisas (em geral, dólar) oriundas da exportação.

Tabela 11 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – Total e por setores de atividade – 1970 – 1984 (%)

Ano	PIB Total	Indústria	Serviços	Agricultura
1970	8,8	10,4	10,5	1,0
1971	11,3	11,8	11,2	10,2
1972	11,9	14,2	12,4	4,0
1973	14,0	17,0	15,6	0,1
1974	8,2	8,5	10,6	1,3
1975	5,6	6,2	11,8	3,4
1976	9,0	10,7	7,5	4,2
1977	4,7	3,9	4,1	9,6
1978	5,0	6,4	6,2	-2,7
1979	6,8	6,8	7,8	4,7
1980	9,2	9,2	9,0	9,5
1981	-4,3	-8,8	-2,5	8,0
1982	0,8	0,1	2,1	-0,2
1983	-2,9	-5,9	-0,5	-0,4
1984	5,4	6,4	5,4	2,6

Fonte: Brum, Argemiro, 2009 – Desenvolvimento Econômico Brasileiro – P. 237

Gráfico 2 - A dívida externa brasileira – 1968-1984 (Em milhões de dólares)

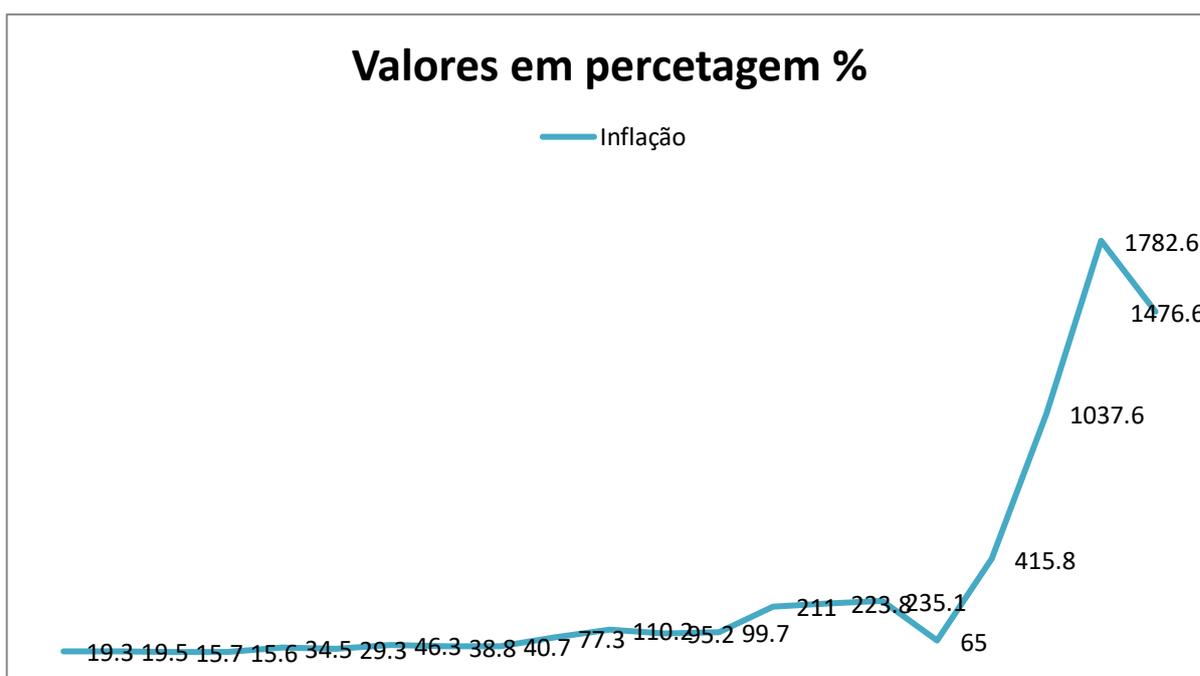


Fonte: Baer, Werner. 2002. P.113

O fim da década de 1970 foi de mudanças no governo e também no cenário econômico, em 1979 assumiu o último presidente militar, General Figueiredo. Dentre os seus objetivos estavam: devolver o país ao regime democrático e um governo civil; manter as taxas de crescimento da economia; controlar o aumento da dívida externa do Brasil e sua inflação crescente. De acordo com Baer (2002), a equipe econômica optou por uma gestão de cunho desenvolvimentista, pensando apenas na manutenção do crescimento da economia. Entretanto, o Governo se deparou com o segundo Choque do petróleo em 1979, que resultou novamente na redução das transações comerciais mundiais e num novo aumento da taxa de juros sob o crédito mundial. Assim sendo, as medidas do governo com intuito de manter o crescimento levaram a um aumento exponencial da dívida externa brasileira, e consigo um descontrole sobre a inflação se instalou neste período. Isso se deu devido às intervenções do governo na taxa de câmbio para manter as exportações.

As políticas econômicas experimentadas nos primeiros meses do governo Figueiredo (março-agosto 1979) exigiram uma desvalorização progressiva do cruzeiro, com a gradual eliminação dos programas de incentivo às exportações e uma desaceleração do crescimento econômico para enfrentar o balanço de pagamentos e a inflação. (BAER, 2002, p 116)

Gráfico 3 - Taxa anual da inflação brasileira – 1970-1990



Fonte: Brum, Argemiro. 2009. P335

A década de 1980, para o Brasil, foi considerada a década perdida segundo Baer (2002). O início da década foi surpreendente e apresentou um crescimento do PIB em 1980 de 9,2% proveniente, principalmente, da agricultura que teve uma boa recuperação em relação ao ano anterior. No entanto, o ano seguinte apresentou uma queda de mais de 13% do PIB e demonstrou o início do período no qual o país passou por uma grande estagnação financeira e econômica. A chamada crise da dívida externa (1982) impediu novos investimentos no setor industrial, causada pela moratória do México, e todos os países em desenvolvimento foram afetados pelos cortes no crédito do FMI e de outros credores mundiais.

Era tão desesperada a situação do Brasil que os navios da Petrobras que voltavam o Oriente Médio carregados de petróleo (comprado a prazo) recebiam ordens para desviar seu curso para Rotterdam (Holanda), onde vendiam (à vista) o produto no mercado livre em moeda forte, elevando através desse artifício a receita das exportações. (SKIDMORE, 1988, p. 543 apud BRUM, 2009, p.390)

O Brasil chegou a apresentar crescimento no PIB em 1984 e 1985, Baer (2002) afirma que este crescimento se deu devido ao dinamismo interno da economia e não por novos investimentos. Na década de 1980 o PIB teve crescimento médio de 1,3%, porém o crescimento da indústria foi de 0% de 1980 a 1992. Tal fato ocorreu devido à falta de investimentos e as políticas governamentais que visaram à substituição das importações por tanto tempo.

Tabela 12 - Taxas anuais médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global e por setores de atividade e de crescimento da população brasileira, em períodos determinados – 1951 a 1992 – Em percentagem (%)

Período	PIB	Indústria	Serviços	Agricultura	População
1951-1960	7,4	-	-	-	2,99
1961-1965	4,3	-	-	-	2,89
1966-1970	7,7	9,7	9,1	0,8	2,89
1971-1980	8,6	9,5	9,6	4,4	2,48
1980-1992	1,3	0,0	2,4	2,9	1,93

Fonte: Brum, Argemiro. 2009 – Desenvolvimento Econômico Brasileiro - P.421

Durante essa década, afirma Brum (2009), a indústria mundial cresceu através da difusão de novas técnicas que foram implementadas pelo mundo, assim

como novas ferramentas de trabalho, e o Brasil não fez parte desse intercâmbio tecnológico. Apesar de ser um dos países mais desenvolvidos do terceiro mundo, não foram realizados investimentos nesse período de crescimento da indústria mundial.

Em 1992, superadas os problemas políticos causados pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo. O novo presidente, Itamar Franco, assume o governo com inúmeros problemas a enfrentar e juntamente com o ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, exercendo quase uma função de Primeiro Ministro, em maio de 1993, lança o Programa de Ação Imediata (PAI), que visa retirar o país da imobilização que se encontrava. Um dos primeiros passos foi novamente entrar em acordo com FMI e BM para renegociar a dívida externa e assim retomar os investimentos na economia, também buscou abandonar a política recessiva do governo anterior e incentivar a produção para aliviar a crise. Em seguida, veio à implementação do plano real, que trouxe novamente uma perspectiva para o setor industrial. Com a paridade cambial foi possível obter créditos e financiamentos no exterior a juros mais baixos e assim houve um crescimento da indústria automotiva e de bens duráveis de 1992 a 1996. (BRUM, 2009)

Tabela 13 - Economia brasileira: Síntese de indicadores macroeconômicos – 1990-1994

Índices	1990-94
Crescimento do PIB (% a.a)	1,3
Inflação (IGP dez/dez, % a.a)	1.201,0
FBCF (% PIB a preços correntes)	19,5
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a)	4,8
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a)	12,6
Balança comercial (US\$ milhões)	12.067
Saldo da conta corrente (US\$ milhões)	-314
Dívida externa líquida/ Exportação de bens	3,2

Fonte: Giambiagi, Fabio *et al.* 2005. P 161

No governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o plano de governo defendia a inserção das empresas estrangeiras e fortalecimento da indústria através de financiamentos externos e controle das empresas pelos grupos

estrangeiros. Com isso, o governo inicia o processo de privatização e abandona de vez a política protecionista à indústria, inclusive das estatais. “Com a privatização, o governo também esperava transferir para o setor privado os custos da necessária modernização da infraestrutura, pré-requisito para o desenvolvimento do país” (LACERDA, 2006, p. 233). O Estado não tinha condições de investir nessas empresas para gerar desenvolvimento e se manterem paritárias no mercado mundial. Com isso, inúmeras empresas estrangeiras se instalaram no país e com elas os investimentos externos elevaram o crescimento da indústria que estava há cerca de dez anos estagnada por falta de investimentos.

O governo reconhecia a importância que as empresas públicas tiveram no desenvolvimento industrial do país durante as décadas anteriores, mas considerava que a sua atuação deveria ser centralizada apenas em áreas essenciais, como saúde, educação, justiça, segurança, ciência e tecnologia. (LACERDA, Antônio Corrêa de [et al], 2009, p. 232)

Na visão de Giambiagi (2005), isso ocorreu através da política neoliberal adotada pelo governo FHC, a estabilização dos problemas econômicos e as políticas cambiais e fiscais que foram adotadas criaram um cenário estável e seguro para os investidores que voltaram a confiar e investir no Brasil. O governo FHC também iniciou programas para melhorias nos setores da educação visando qualificar a mão de obra nacional e assim promover mais empregos e uma melhor distribuição de renda à população, assim como, fornecer mão de obra nacional qualificada as empresas multinacionais instaladas e que viriam a se instalar no país.

Por fim, o Governo Lula assume em 2002 em meio às incertezas do mercado internacional. De acordo com Giambiagi (2009), as propostas de governo, ainda em campanha, fizeram com que o mercado mundial apresentasse certa preocupação com a política econômica que seria adotada pelo novo presidente, com uma postura de defesa dos trabalhadores e políticas de cunho populista. No entanto, ao assumir o governo, a equipe econômica adotou um pacote de medidas ortodoxas de modo a manter a estabilidade econômica e apresentar para os credores e os demais investidores confiança na econômica brasileira.

Ao longo de 2003, a ortodoxia fiscal e monetária abraçada pelo novo governo gerou resultados positivos em termos de combate à inflação, ajudada naturalmente pela queda do câmbio no início de 2003 – causada, em parte, pelo rigor da política monetária. Para isso, contribuiu não apenas

a política econômica como também a abundância conjuntural de liquidez internacional, face às baixíssimas taxas vigentes nos Estados Unidos, na época em torno de 1% a.a. com a perspectiva de que o mercado de câmbio revertisse em parte à desvalorização de 2002, isto é, tendo pela frente a possibilidade de um importante ganho de capital medido em dólares, houve uma grande entrada de recursos que, por sua vez, contribuiu para fazer cair à cotação do dólar. (GIAMBIAGI, 2009, p.208)

Em meio a estas medidas tomadas pelo governo, Giambiagi (2009) destaca a renovação do acordo junto ao FMI, mantendo o cumprimento das metas estabelecidas no acordo anterior, fato esse que gerou muita desconfiança durante a campanha, pois a base do Governo Lula se mostrava insatisfeita com os termos. No entanto, os recursos disponibilizados pelo FMI não foram usados, o governo decidiu então que os recursos seriam usados apenas para a prevenção de crises.

O plano de governo visava o fortalecimento da economia através da melhoria do setor produtivo e de uma melhor distribuição de renda, que por sua vez, levaria ao crescimento dos demais setores econômicos

Tabela 14 - Economia brasileira: Síntese de indicadores macroeconômicos – 2003-2004

Índices	2003	2004
Crescimento do PIB (% a.a)	-0,2	3,8
Inflação (IPCA dez./dez. % a.a)	9,3	7,5
FBCF (% PIB a preços correntes)	18,0	19,5
Tx. de Cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a)	21,1	31,4
Tx. de Cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a)	2,2	28,5
Balança comercial (US\$ bilhões)	24,8	34,0
Saldo em conta corrente (US\$ bilhões)	4,1	10,5
Dívida externa líquida/Exportação de bens	2,3	1,7

Fonte: Giambiagi, Fabio *et al.* 2005. P 161

. Passado o período de incerteza nos primeiros dois anos de governo, a economia inicia sinais de reação. Isso ocorre, segundo Giambiagi (2009), pela manutenção das medidas tomadas desde os anos 90 na manutenção da economia de forma a apresentar uma estabilidade perante o cenário mundial. Em meio a isso, o Governo buscou novos parceiros comerciais. O intuito era expandir o mercado e livrar-se da dependência comercial, principalmente com os Estados Unidos, criada desde a década de 1950.

A partir daí, o governo iniciou diversos projetos de investimentos em infraestrutura por meio do plano de aceleração do crescimento (PAC), com a finalidade de melhorar e beneficiar o transporte da produção nacional, e por consequência, viabilizar novas rotas para a produção. O governo fechou vários acordos financeiros, que trouxeram investimentos para o país nas áreas de tecnologia, máquinas e outros serviços. Atrelado a isso, houve um crescimento do crédito, tanto para empresas quanto para consumidor, o que levou ao crescimento da demanda e maior produção da indústria.

Por meio de incentivos fiscais a produção cresceu, pois os produtos duráveis tiveram uma redução dos preços devido à redução da carga tributária e o bom momento econômico proporcionou aumento do poder de compra dos brasileiros. Outro fator de extrema importância foram os investimentos realizados na educação, buscando a capacitação da população. A inserção de mais universidades, implantação de mais escolas técnicas e de intercâmbio, principalmente nas áreas de tecnologia, proporcionou uma melhor qualificação da população, fato esse já abordado desde o início do processo industrial e que foi incluído no plano de metas (Governo JK), mas sem o êxito esperado. Este momento da economia brasileira foi considerado por muitos como um dos melhores momentos do período industrial brasileiro, considerando que a indústria é o carro chefe da economia e sempre é quem eleva as taxas da economia capitalista.

4 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL CHINÊS

O ponto de partida para a transformação da China na grande potência econômica e industrial que vemos hoje se deu a partir do fim da década de 1970 com a grande reforma realizada por Deng Xiaoping a frente do governo. No entanto não se pode esquecer a importância das ações realizadas nas décadas anteriores por Mao Tsé-Tung (1949 – 1976) que governou após a Grande Revolução Chinesa.

Ao assumir o poder na china em 1949, Mao Tsé-Tung se deparou com um país desmantelado tanto estruturalmente como economicamente, isso devido às disputas ocorridas em períodos anteriores. Dessa forma, um dos primeiros passos realizados por Mao Tsé-Tung para recuperar a economia arrasada até então, foi tratar de uma das principais fontes de renda da economia chinesa na época, então foi proposto o projeto de reforma agrária. (MILARÉ; DIEGUES, 2014)

[...] Essa foi uma das primeiras ações de Mao Tsé-Tung no poder. A dimensão dessa reforma foi realmente extensiva: estima-se que cerca de 47 milhões de hectares, quase metade das terras cultivadas, foram divididos entre 300 milhões de camponeses pobres, sendo dois terços de hectare por família. A mudança na estrutura foi notória: cerca de 40 milhões de camponeses com uma propriedade relativamente superior à média tiveram suas propriedades reduzidas; 70 milhões de camponeses simplesmente mantiveram sua propriedade e 300 milhões de camponeses pobres conquistaram uma propriedade. A reforma agrária avançou além da distribuição de terras aos camponeses: uma série de fazendas e granjas estatais foi organizada, possibilitando que muitos passassem a ser trabalhadores assalariados. (PAGOTTO, 2006 apud MILARÉ; DIEGUES, 2014, p.69)

A China sofreu com embargos comerciais dos grandes países capitalistas até sua grande reforma (1978), principalmente dos EUA¹², Zemin (2002) destaca a dependência do país no processo de importação, e isso gerou uma grande dependência da URSS¹³. Foi a partir dessa dependência que as primeiras máquinas foram importadas pela China, assim como os financiamentos para subsidiar os investimentos e também a mão de obra qualificada para as melhorias na infraestrutura do país. “A contribuição soviética concentrou-se principalmente em

¹² Estados Unidos da América

¹³ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

setores siderúrgicos, produtos ligados ao petróleo, indústrias elétricas, mecânicas e através da importação de bens de capital e grãos, viabilizando um salto industrial, pois havia o atraso na indústria de bens de consumo e na agricultura” (SULEIMAN, 2008, p. 10). A China, por se tratar de um país comunista, defendia o protecionismo do seu comércio e da economia, e os investimentos buscavam a melhoria do país e o fortalecimento de suas empresas estatais. Esse fato também pôde ser observado no Brasil durante o governo Vargas e início do processo industrial, guardadas suas diferenças, apesar do Brasil ser um país capitalista o governo brasileiro do período tinha grande estima pelo comunismo e protecionismo nacional.

O principal instrumento de controle financeiro da economia na época foi o orçamento do Estado. Todos os assuntos financeiros e econômicos, inclusive a administração da renda foram centralizados em 1950. O comércio foi taxado de uma forma mais pesada do que a indústria e as alíquotas tributárias para a indústria pesada eram menores do que as fixadas para a indústria em geral. Com relação ao sistema bancário chinês no período de 1949-1957, o seu papel em relação às empresas era o de fornecedor de crédito para atender às diretrizes administrativas e realizar auditorias para garantir que este fosse utilizado para seu determinado objetivo. (SULEIMAN, 2008, p. 12)

Cabe ainda ressaltar os investimentos realizados pelo governo na indústria de insumos agrícolas, assim como na indústria pesada. Foram esses investimentos na indústria pesada que proporcionaram à China um alicerce para o pólo industrial que viria a se desenvolver, e também que influenciaram na composição das elevadas taxas do PIB durante os anos 1950. No entanto, o fato primordial para a economia nesse período foram às medidas realizadas para estimular a produção agrícola. “A criação/ampliação da indústria de insumos agrícolas pelo Estado possibilitou que as cidades suprissem o campo com fertilizantes, pesticidas e bombas de irrigação etc., garantindo o aumento da produtividade agrícola”. (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p. 70)

Dessa forma, como a agricultura era o pilar da economia chinesa neste período, Milaré; Diegues (2014) afirmam que os ganhos advindos das melhorias no setor agrícola impulsionaram como um todo a economia chinesa, assim como ampliaram a renda da população.

Tabela 15 - Economia Chinesa – Indicadores selecionados (1952 – 1978)

	1952	1965	1978
Área irrigada (mil hectares)	19.959	33.055	44.965

Área irrigada bomba mecânica ou elétrica (mil hect.)	317	8.093	24.895
Consumo de energia elétrica rural (bi. kWh)	0,1	3,7	25,3
Consumo de fertilizantes (mil ton.)	78	1.942	8.840
Produção de pesticidas químicos (mil ton.)	2	193	533

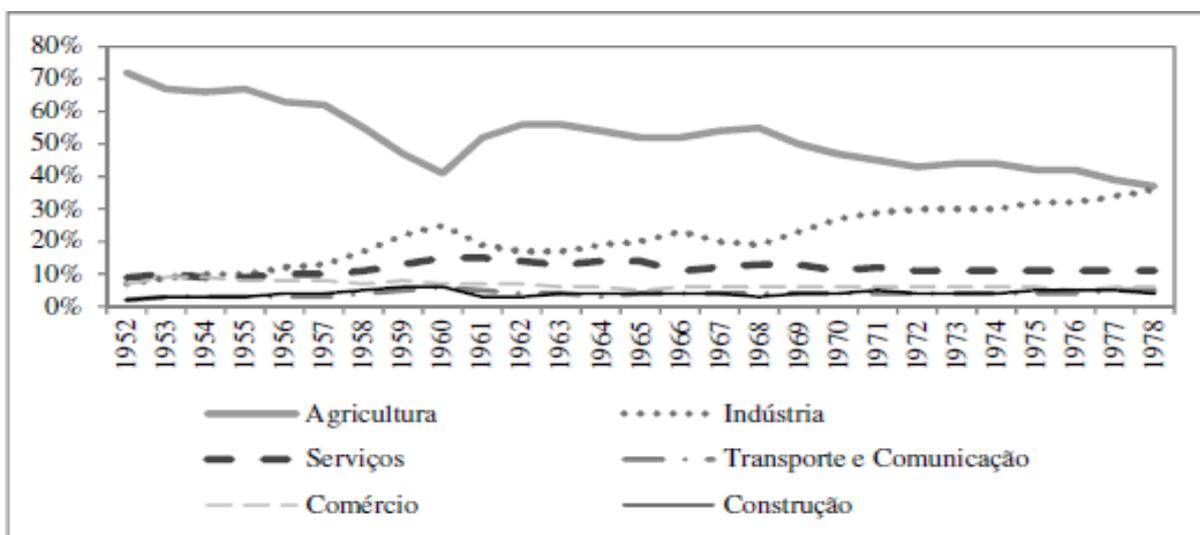
Fonte: MILARÉ, Luís F. L. e DIEGUES, Antônio C., 2014 – p. 71

A partir dos anos 1960, a ligação entre China e União Soviética se desfez e os investimentos passaram a ser mais limitado, com a ruptura da parceria entre as duas nações o plano de desenvolvimento chinês se retraiu, pois a mão de obra qualificada, que era em sua maioria da União soviética foi retirada do país assim que os investimentos foram cortados, deixando as obras de infraestrutura não concluídas. (ZEMIN, 2002) “A china recebeu ate 1960 US\$ 2 bilhões em credito em longo prazo da União Soviética, aproximadamente $\frac{3}{4}$ do seu comércio exterior era feito com o bloco comunista (importação de equipamento industrial e militar), principalmente com os soviéticos.” (HINTON, 1967 apud SULEIMAN 2008, p. 14)

Além dos problemas econômicos, a china se deparou com problemas políticos, Suleiman (2008) destaca que no fim da década 1950 com o insucesso do chamado “Grande salto para frente”, Mao Tsé é afastado do cargo de Presidente da República democrática da China e em seu lugar assume Liu Shao-Chi tendo como secretário geral do partido Deng Xiaoping, que decidem alterar as medidas adotadas pelo governo anterior em estimular a indústria pesada como forma de reorganizar a economia do país. Liu e Xiaoping decidem então incentivar as pequenas indústrias e o setor agrícola como forma de corrigir os erros da política do Grande Salto, isso acarreta numa insatisfação de parte do Partido Comunista, ainda sob o comando de Mao Tsé, que desaprovam a decisão e reduzem o apoio às políticas recém implantadas pelo atual governo.

Observa-se que em 1952 a economia chinesa era praticamente agrária, dado que a participação da agricultura no PIB era superior a 70%. A indústria, por sua vez, era praticamente inexistente; sua participação não chegava a 8%. Com as reformas de Mao Tsé-Tung e o foco na indústria, esta passou a ter uma participação crescente, representando 36% do PIB em 1978, contra 37% da agricultura. Em que pese ainda relevante tamanho do setor primário, não se pode de reconhecer que a indústria já havia sido montada e apresentava uma crescente importância para a economia do país. (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p. 8/9)

Gráfico 4 - Composição do PIB da China (1952 – 1978)



Fonte: MILARÉ e DIEGUES, 2014, p. 8

Durante a década de 1960 e 1970 a China se deparou com as limitações comerciais provenientes do rompimento nas relações comerciais com a União Soviética. Porém seguiu com as políticas implantadas por Liu e Xiaoping, os investimentos voltados à indústria leve e a agricultura fez com que o processo fosse interiorizado, isso ocorreu devido a preocupação do governo chinês em uma eminente guerra com a URSS.

A questão do desenvolvimento chinês nos anos 60s e 70s não era a falta de dinamismo, mas a existência de profundos desequilíbrios setoriais (em particular o atraso da agricultura) originados da estratégia do “grande salto a frente” proposta por Mao Tsé no final dos 50s. (MEDEIROS, 1997, p. 2)

Em meio a toda essa turbulência econômica enfrentada pela China nos anos 70, os EUA trataram de reatar as relações com a China. Isso se deu segundo Medeiros (1997), pela busca por alianças políticas e comerciais na qual EUA e URSS travaram neste período, se aproveitando do rompimento ocorrido na década anterior entre China e URSS. Além disso, o acordo comercial proposto pelos EUA a China, proporcionou a abertura comercial da China com o ocidente e impulsionou o deslocamento de capital americano para outros países menores da Ásia. Dessa forma, além de uma estratégia política dos EUA, houve também uma manobra econômica na qual com o desenvolvimento de outras economias asiáticas o EUA

poderia diminuir sua dependência e déficits comerciais com o Japão e os Tigres Asiáticos. (MEDEIROS, 1997, p. 13)

Pode-se concluir que os primeiros passos rumo à industrialização chinesa já haviam sido dados na era Mao Tsé-Tung. Em 1978, a participação da indústria já era bastante significativa (36%), mostrando que o esforço industrializante empreendido por Mao possibilitou a criação de um parque industrial, ainda que atrasado, robusto. Este parque foi fundamental para que Deng Xiaoping pudesse empreender seu plano bem sucedido de “quatro modernizações¹⁴”. (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p.9)

Entre 1980 e 1990, o crescimento econômico da China atingiu a impressionante taxa de 9,5% a.a, superior a observada nos países do leste asiático. Entre 1985 e 1995, esta taxa foi ainda maior, 10,2% muito superior a das economias do leste asiático. Estes números (Banco Mundial, World Development Report) é que conferem à China posição única na economia internacional. É preciso reconhecer, entretanto, que o cenário anterior ao das Reformas de 1978 (onde foram definidas as 4 modernizações) de forma alguma pode ser descrito como recessivo: entre 1965 e 1980 a taxa média de crescimento do PIB foi 6,8% sendo superada apenas pela dos países do leste asiático que neste período cresceram a 7,3%. (MEDEIROS, 1997, p. 2)

De fato, o processo industrial da China iniciou em 1978 com sua abertura comercial. “Na China claramente segmentou-se os dois regimes (proteção do mercado interno e promoção das exportações) e liberalizou-se o acesso aos investimentos externos antes da generalização das importações” (MEDEIROS, 1997, p. 10). Sob o comando de Deng Xiaoping a China iniciou seu processo de desenvolvimento. Segundo Milaré; Diegues (2014), o acordo com os EUA proporcionou ao governo chinês a possibilidade de modernização de seu maquinário, sendo este um dos principais empecilhos aos países que buscam o desenvolvimento, isso porque a exportação de têxteis para os Estados Unidos, até então “não regulado” nos anos 1980, acarretou numa grande entrada de dólares no mercado chinês facilitando a importação de máquinas e equipamentos de alta tecnologia. “A estratégia de desenvolvimento adotada na China a partir de 1978 combinou e aplicou, de forma original, diversas políticas baseadas em sua própria história e em diferentes experiências internacionais” (LIMA, 2005, p.5)

Contudo, o princípio da reestruturação produtiva partiu do setor agrícola, o governo de Xiaoping estabeleceu um novo regime de contrato sob as terras agrícolas, que tinha como objetivo alterar o modelo de coleta das terras

¹⁴ As 4 Modernizações (4M) perseguidas explicitamente com a reforma de 1978 – Agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia

implantado por Mao Tsé. A partir desse novo modelo de contrato das terras, Vieira (2006) afirma que o Governo de Deng Xiaoping estabeleceu o novo sistema de formação de preços para os produtos agrícolas. “Criou-se um sistema de contratos conhecido como *bao gan dao hu*, em que a propriedade da terra permanecia com o Estado, mas seu uso era distribuído às famílias.” (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p. 11). Dessa forma, os modelos de comunas foram dando espaço a um modelo de produção familiar, na qual o produtor tinha a obrigação de vender uma determinada quantidade da produção ao Governo a um preço preestabelecido, porém o seu excedente na produção poderia ser comercializado a um preço maior no mercado interno. Desta forma, os agricultores que antes produziam apenas para a subsistência passaram a compor o cenário econômico da China ocasionado pelo aumento de sua renda, e elevaram a demanda de produtos industrializados, tanto para o consumo como para a produção. (MILARÉ; DIEGUES, 2014)

Nesse quadro compreende-se como a agricultura chinesa foi capaz de aumentar rapidamente a oferta de matérias primas e alimentos com níveis crescentes de produtividade, elevando assim à renda das famílias camponesas, que foi favorecida também pela relação de preços favoráveis a agricultura. Nesse processo, expandiu-se o mercado de bens de consumo no campo e milhões de famílias camponesas são retiradas da linha de pobreza. (OLIVEIRA, 2005, P.6)

A partir da “nova reforma agrária” e com a dissolução das comunas e o aumento da produção industrial, as *Townships and Village Enterprises*¹⁵ (TVEs) obtiveram um crescimento acelerado. Tal fato também ocorreu graças liberdade administrativa das TVEs, pois o governo chinês permitiu que as TVEs comercializassem sua produção no mercado sem controle estatal, criando uma concorrência entre elas, e também podendo associar-se a empresas estrangeiras. Entretanto, esta associação se daria desde que as relações com as estatais se mantivessem estreitas, tanto nas relações de compra e venda como no acesso ao crédito ser por meio dos bancos oficiais do país. “Alguns autores afirmam que entre 1978 e meados de 1990 as TVEs foram, claramente, a parte mais dinâmica da

¹⁵ Inicialmente, no período Moísta, as TVEs foram criadas com o intuito de servir à agricultura. Eram pequenas empresas, de propriedade coletiva dos governos locais, produtoras de uma gama restrita de insumos agrícolas e que deveriam engajar-se unicamente na produção daqueles insumos definidos pelo governo central como os prioritários. (MILARÉ e DIEGUES, 2014, p. 12)

economia chinesa e constituíram-se o motor dessa economia.” (NAUGHTON, 2006 apud MILARÉ; DIEGUES, 2014)

A estratégia de modernização e de transição econômica para uma economia de mercado liberada pelo Estado implementada na China desde as reformas iniciadas em 1979 por Deng Xiaoping manteve-se nas últimas décadas sem solução de continuidade. Ela levou a uma extraordinária expansão econômica fazendo da China o país de mais alto e persistente crescimento econômico dos tempos modernos. (MEDEIROS, 2008, p1)

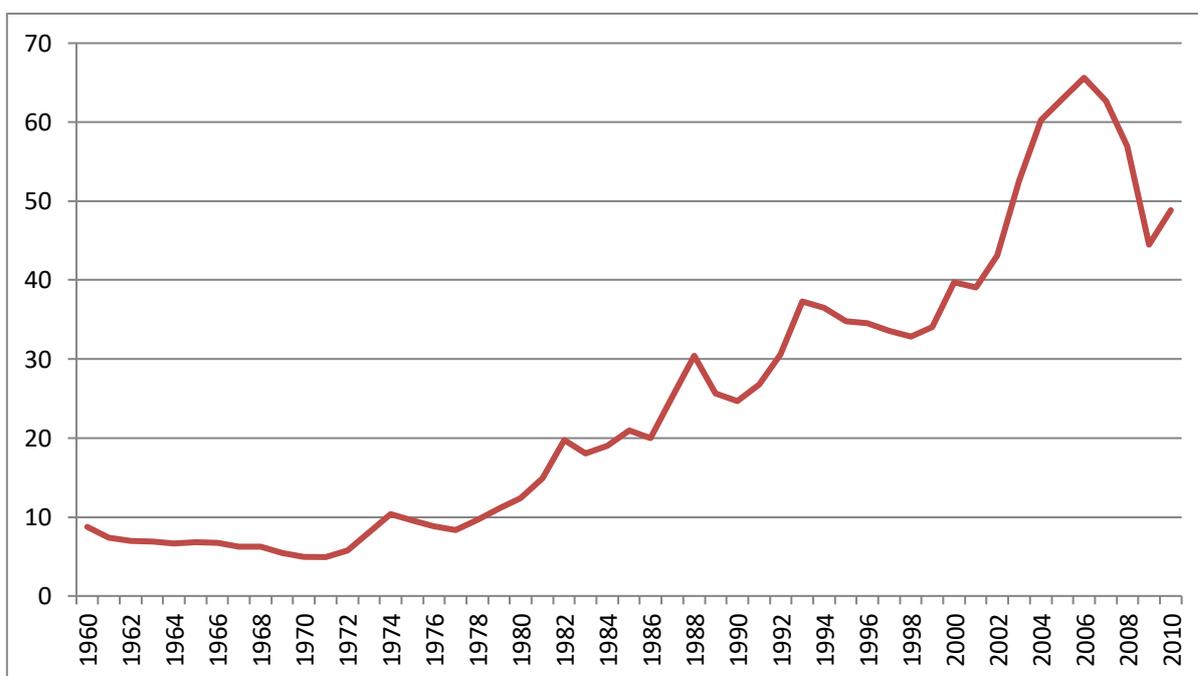
Cabe ressaltar ainda a redução no número de empresas estatais que em virtude do desenvolvimento das TVEs levaram o governo Xiaoping a mudar sua estratégia de controle das empresas nacionais passando a priorizar o controle apenas das grandes indústrias estatais e deixando as empresas menores a cargo das pequenas administrações locais ou demais órgãos ligados as TVEs e ao governo. Estas estatais nas quais o governo passou a investir tinham como objetivo desenvolver uma maior capacidade produtiva cuja produção industrial fosse estratégica e direcionada para incentivar o P&D¹⁶, a fim de uma maior eficiência produtiva que refletisse numa concorrência mais justa dos produtos chineses no mercado internacional. (MILARÉ; DIEGUES, 2014; OLIVEIRA, 2005)

Além dos investimentos no setor agrícola e industrial, o governo chinês investiu fortemente na educação, visando o maior desenvolvimento futuro e a necessidade de uma mão de obra cada vez mais qualificada, evitando a dependência externa. Com a abertura comercial decorrente do acordo com os EUA e através dos investimentos vindos das TVEs e seus parceiros comerciais no fim dos anos 70, o Governo Xiaoping visando progredir na sua estratégia de fomentar a indústria no país e receber investimentos externos, criou as Zonas Econômicas Especiais (ZEE). De início foram criados quatro parques industriais com localização estratégica para a produção e transporte, o objetivo principal do governo com a

¹⁶ Pesquisa e Desenvolvimento - P&D – É o trabalho criativo e empreendido em base sistemática com vistas ao aumentar o estoque de conhecimento, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, e ao uso desse estoque para perscrutar novas aplicações. (OECD. Frascati Manual. Paris, 1993, cap.2, pag. 29). Ver também: Pesquisa e Desenvolvimento experimental.

criação das ZEEs era aumentar suas exportações através da diversificação de sua produtividade, e adquirir investimentos externos facilitando a entrada de multinacionais no país. “O grau de abertura da economia chinesa medido como exportações e importações sobre o PIB passou de 10% em 1978, para 17% em 1984 e para 44% em 1995.” (MEDEIROS, 1999, p.6) Para que tal fato ocorresse, Suleiman (2008) destaca alguns fatores foram essenciais para o sucesso das ZEEs, como a mão de obra abundante e barata nas regiões onde foram implantadas as ZEEs e o investimento em infraestrutura que foi despendido pelo Estado.

Gráfico 5 - China – Abertura ao comércio internacional 1960 - 2010 (Valores em percentagem)



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (TheGlobalEconomy.com)

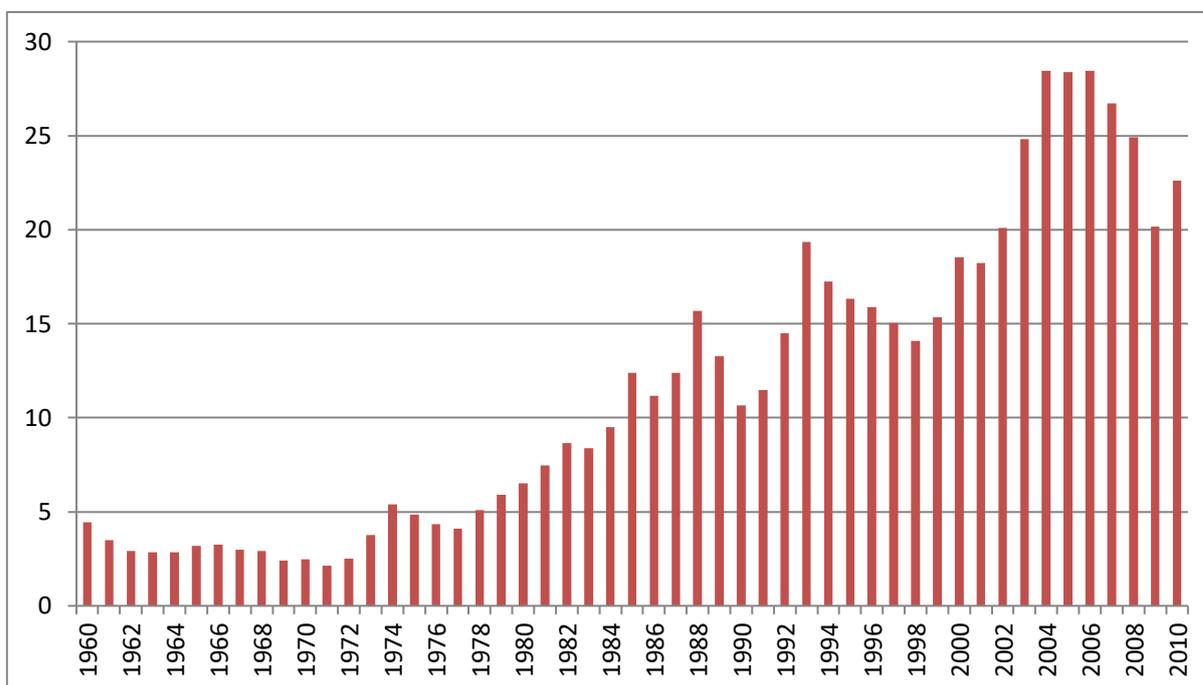
Com a criação das ZEEs e abertura comercial, os empréstimos foram uma das principais fontes de financiamento da indústria chinesa. A partir dos anos 1990, afirma Medeiros (1997), as multinacionais começam a se instalar no território chinês, um fator relevante a ser considerado foram às exigências do governo chinês para tais implantações, as empresas só poderiam se instalar em território chinês se houvesse um sócio nacional. Além do mais, sua tecnologia deveria ser liberada e desenvolvida em seu território, ou seja, não havia proteção intelectual para as empresas multinacionais instaladas na China. Esse fator foi importante para a

indústria nacional, pois com as técnicas e novos métodos adquiridos através da inserção das *joint ventures*, os produtores locais e as estatais obtiveram ganhos expressivos na sua produção e puderam disputar espaço no mercado mundial. Além disso, o governo tinha controle sobre as importações, de modo a manter o foco na política de exportações do país. “As empresas que não se encontram sob o regime das ZEE subordinam-se à política chinesa de comércio exterior fortemente protecionista e dirigida simultaneamente para as exportações e para o desenvolvimento interno.” (MEDEIROS, 1997, p. 9)

[...], entre as grandes empresas chinesas, mais de 30% possuíam laboratórios de P&D em 1999, cifra que embora seja baixa entre os países industrializados excede em muito o percentual predominante entre os países em desenvolvimento. Como corolário deste esforço, a China tem registrado um número crescente de patentes. Ao lado destas políticas de fomento ao processo de inovação, a política de ampliação dos investimentos no ensino superior vem resultando numa rápida qualificação da força de trabalho, formando um grande *pool* de engenheiros e trabalhadores muito qualificados. (MEDEIROS, 2008, p.5)

Um dos principais fatores que contribuíram para os superávits na balança comercial da China após o período de reestruturação econômica partiu das intervenções comerciais à importação no país. O governo atuou arduamente no controle a importação através de severas políticas cambiais nos quais vários embargos eram aplicados aos produtos estrangeiros, fazendo com que a demanda interna fosse, praticamente toda, suprida pela indústria nacional, com exceção as empresas localizadas nas ZEEs. “[...], as tarifas sobre importação são elevadas (43% nos anos 80 e 23% nos anos 90) e existem barreiras tarifárias para diversos bens. Cerca de 20% das importações está sujeita a controles quantitativos.” (NAUGHTON, 1996 apud MEDEIROS, 1997, p 10)

Gráfico 6 - China – Importações 1960 – 2010 (Valores em percentagem do PIB)

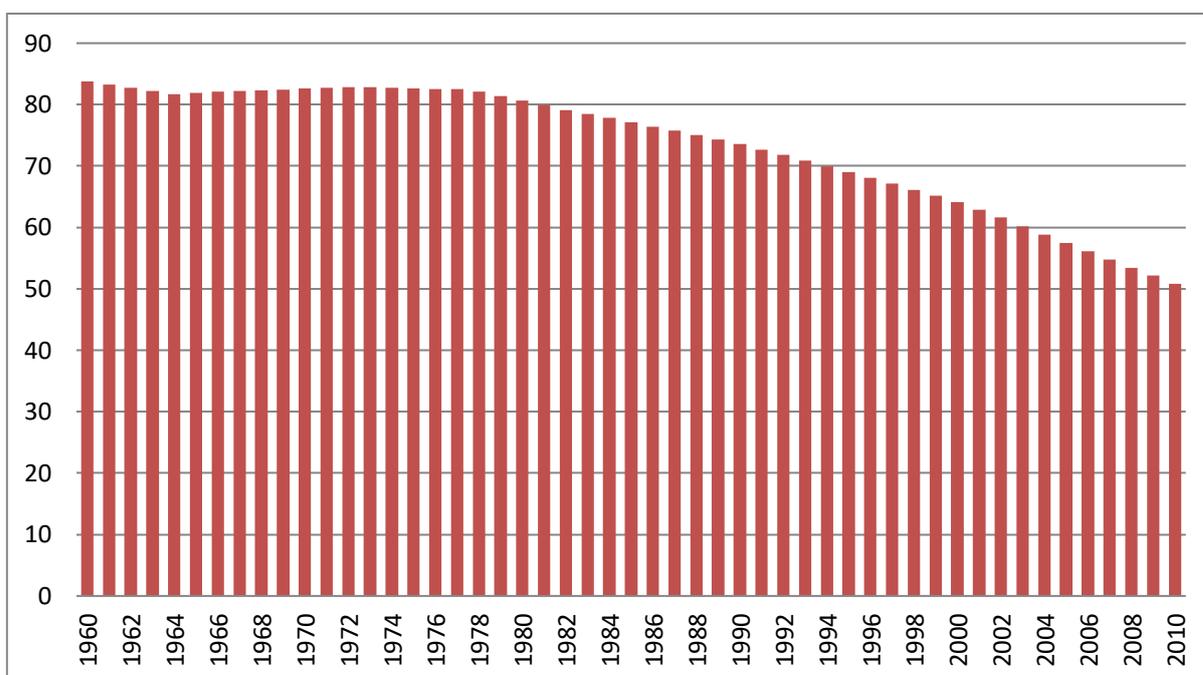


FONTE: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (TheGlobalEconomy.com)

No quesito mão de obra, Medeiros (1997) afirma que a partir de 1984 foi permitida a migração permanente para as áreas industriais (ZEEs), que até então era proibida ou controlada pelo governo para evitar acúmulo da população nas nessas áreas e diminuição drástica de mão de obra no setor agrícola. “Entre 1978 e 1986 o emprego do Governo, o do Setor Produtivo Estatal e das empresas de vila e comunidades (EVC) – em sua maioria pertencente aos governos municipais – totalizaram 2/3 do emprego total criado.” (MEDEIROS, 1997, p. 5). Arelado a isso, ocorreu o crescimento da demanda interna proveniente do aumento da renda dos trabalhadores, e por consequência, um aumento da produção, já que o governo chinês manteve altas taxas para importação (cerca de 40%) e parte da produção era voltada para os bens de consumo básico. Observando os dados do gráfico 7, nota-se a importância da TVEs para a manutenção da migração dos trabalhadores, que só ocorreu após a criação das ZEEs, pois demonstra o controle que o governo chinês manteve mesmo após as medidas de descentralização adotadas no governo de Xiaoping. “... contendo a tendência ao explosivo crescimento das cidades costeiras... A expansão das TVEs tem permitido que membros das famílias

camponesas encontrem emprego na indústria sem abandonar o domicílio rural.”
(OLIVEIRA, 2005, p. 5)

Gráfico 7 - China – População rural 1960 – 2010 (Valores em percentagem)



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (TheGlobalEconomy.com)

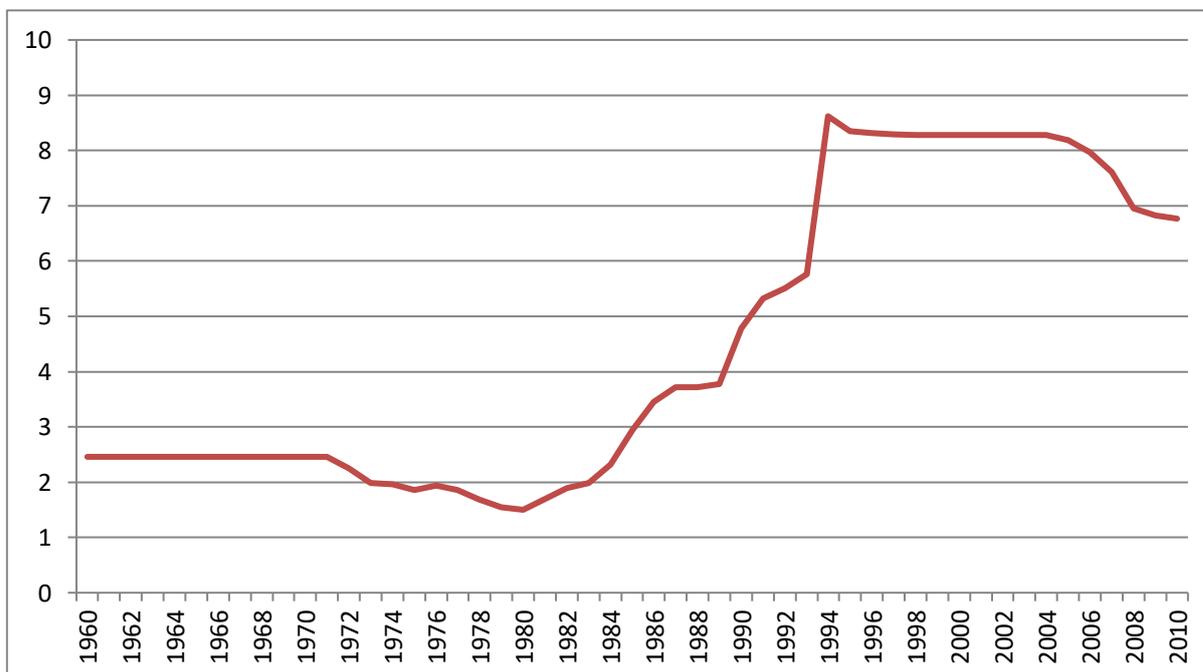
Entre 1978 e 1991 o setor secundário liderou a taxa de crescimento do PIB e do emprego. No entanto, este movimento só se afirma, de fato, na segunda metade da década. O principal movimento ocorrido na china entre 1980 e 1983 foi à excepcional expansão do setor primário. Pós 83 até 1988 a indústria leve e voltada a produção de bens de consumo lidera o crescimento econômico e, a partir daí, a produção de bens de capital detém as taxas mais elevadas. (SINGH, 1993 apud MEDEIROS, 1997)

Cabe ressaltar que o sucesso das ZEEs se deu graças a políticas cambiais e fiscais realizadas pelo governo chinês. A principal delas, segundo Medeiros (1997), houve uma grande desvalorização da moeda chinesa, principalmente, nos anos 90. O intuito dessa política era proporcionar o aumento das exportações do país. Além disso, as empresas localizadas nas ZEEs tinham uma taxa de câmbio diferenciada das demais empresas do país, isso assegurou uma maior vantagem a estas empresas e estimulou ainda mais o interesse das multinacionais em investir nessas zonas industriais. Outro mecanismo utilizado pelo governo chinês foi à implantação de uma política fiscal diferenciada nas áreas industriais costeiras. No entanto para

que as empresas fossem contempladas com os benefícios, como isenção de impostos, áreas para construção e demais subsídios a indústria, deveriam ter sua produção voltada para a exportação em mais de 70% de sua totalidade em vendas e reinvestir seus lucros no próprio país ao invés de remeter à suas matrizes. Esses benefícios poderiam ainda ser ampliados por parte do governo às multinacionais, desde que os investimentos realizados fossem na área de P&D e realizados exclusivamente nas filiais chinesas.

Estas duas políticas – câmbio desvalorizado e incentivo fiscal – geraram uma excelente oportunidade de desenvolvimento industrial nas regiões definidas como ZEEs. De um lado, as políticas proporcionavam competitividade ao produto chinês, incentivando assim a instalação de indústrias chinesas exportadoras; de outro, atraíam a atenção das empresas multinacionais, que poderiam transferir parte de sua produção para a China aproveitando o diferencial de câmbio e a reduzida carga tributária. (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p. 18)

Gráfico 8 - China – Taxa de câmbio 1960 - 2010



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (TheGlobalEconomy.com)

Outro fator crucial para o desenvolvimento industrial chinês está diretamente ligado aos investimentos diretos do governo, pois além de manter os investimentos na indústria focando as necessidades internas e assim evitar o alto índice de importação de produtos de base, houve a manutenção das

empresas estatais, onde as grandes empresas eram controladas pelo governo. Medeiros (1997) ressalta que os investimentos realizados pela China nos anos 1980 e 1990 chegaram a 40% do PIB. Desses, os investimentos no Setor Produtivo Estatal (SPE) chegou a totalizar 65%, tendo como foco o aumento da capacidade produtiva e a ampliação e melhoria do setor energético. As empresas nacionais tinham subsídios e baixas taxas de juros para financiamentos, podendo assim concorrer com as empresa multinacionais instaladas no país. Esse reinvestimento se deu a partir dos contratos firmados com o governo no qual ao final de cada ano a empresa se comprometia de pagar determinado valor ao governo e sua receita excedente poderia ser reinvestida ou repartida, afirma Milaré; Diegues (2014).

Entretanto, as poupanças internas nacionais também foram fundamentais nesse processo, tanto do Estado quanto privada. De acordo com Nonnenberg (2010), a China mantém índices positivos de poupança, pois as famílias possuem gastos com previdência, educação e saúde, e assim destinam parte da sua renda à poupança. E as indústrias, em grande parte propriedade do Estado, por auferir altos lucros compõem a poupança do Estado, e assim pode destinar maiores investimentos para a indústria, o que facilita o processo de expansão da economia. Os baixos salários também levaram a uma acumulação de capital maior que de outros países, levando em consideração o tamanho da sua população, os ganhos de escala na produção favoreceram as indústrias chinesas. Além disso, o mercado interno foi fortemente beneficiado com as reformas e o aumento da renda população, proporcionando um aumento dos lucros obtidos por suas empresas.

Mas, sem dúvida, o ponto chave para o desenvolvimento da economia chinesa foi às exportações, “o grau de abertura da economia chinesa medido como exportações e importações sobre o PIB passou de 10% em 1978, para 17% em 1984 e para 44% em 1995”. (MEDEIROS, 1997, p. 5) A partir da reforma econômica proposta pelo governo chinês no fim dos anos 80, todos os esforços da indústria se voltaram para as exportações. A criação das ZEEs unido as políticas adotadas pelo governo, facilitaram a abertura de novas empresas e favoreceu a proliferação das *joint-ventures* no país, proporcionando a China um aumento progressivo na sua produção, principalmente na década de 90. Estes aumentos exponenciais em seus

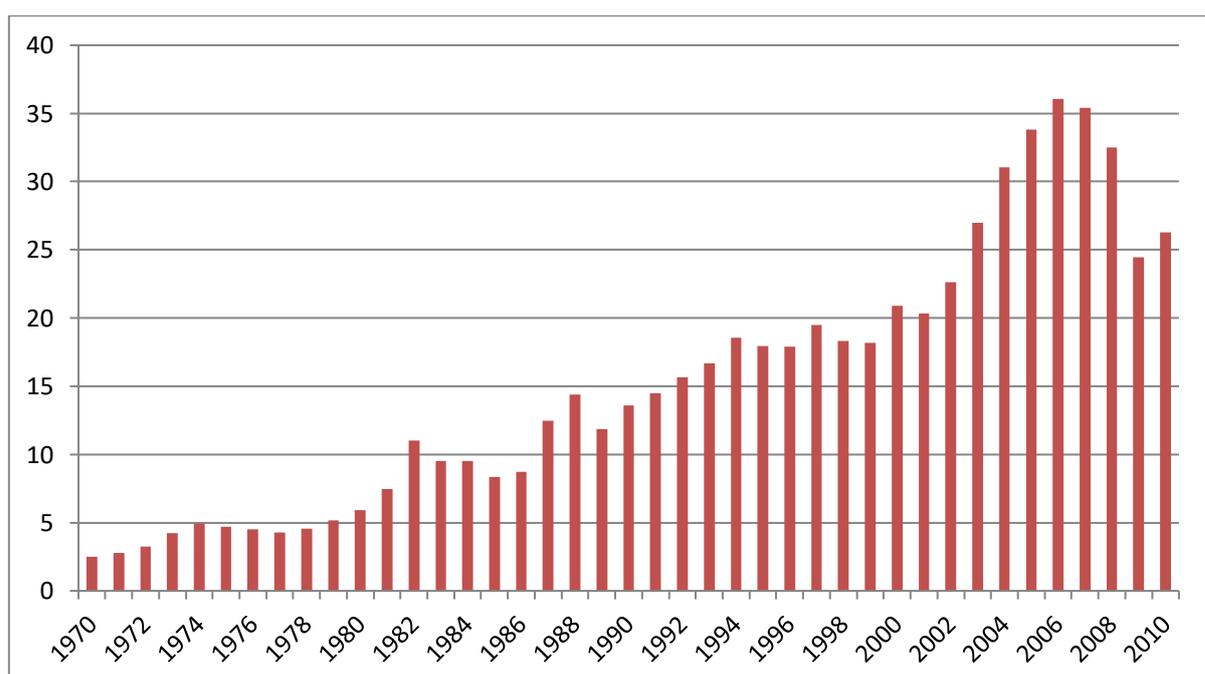
números correspondentes à balança comercial mostram o desenvolvimento em relação a sua economia obtido a partir de sua reestruturação econômica. Ainda que a China tenha sido um país dependente das importações da URSS e EUA em décadas anteriores no qual apresentava um déficit em sua balança comercial, num curto espaço de tempo, cerca de trinta anos, conseguiu reverter tais índices negativos e atingir o patamar de maior exportador de produtos e serviços do mundo. “Pode-se observar que em 1994 a China exportava US\$ 121 bilhões; em 2001, já passava dos US\$ 226,1 bilhões; e em 2008, atingiu a incrível cifra de US\$ 1,43 trilhões; recuando para US\$ 1,2 trilhões durante a crise mundial em 2009. (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p. 22)

Tabela 16 - China – Balança comercial 1980 – 2010 (Em percentagem do PIB)

	1980 - 1990	1991 – 2000	2001-2010
Exportações	10,25	17,81	28,95
Importações	10,55	15,77	24,29
Saldo	-0,30	2,04	4,66

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (TheGlobalEconomy.com)

Gráfico 9 - China – Exportações 1970 – 2010 (Em percentagem do PIB)

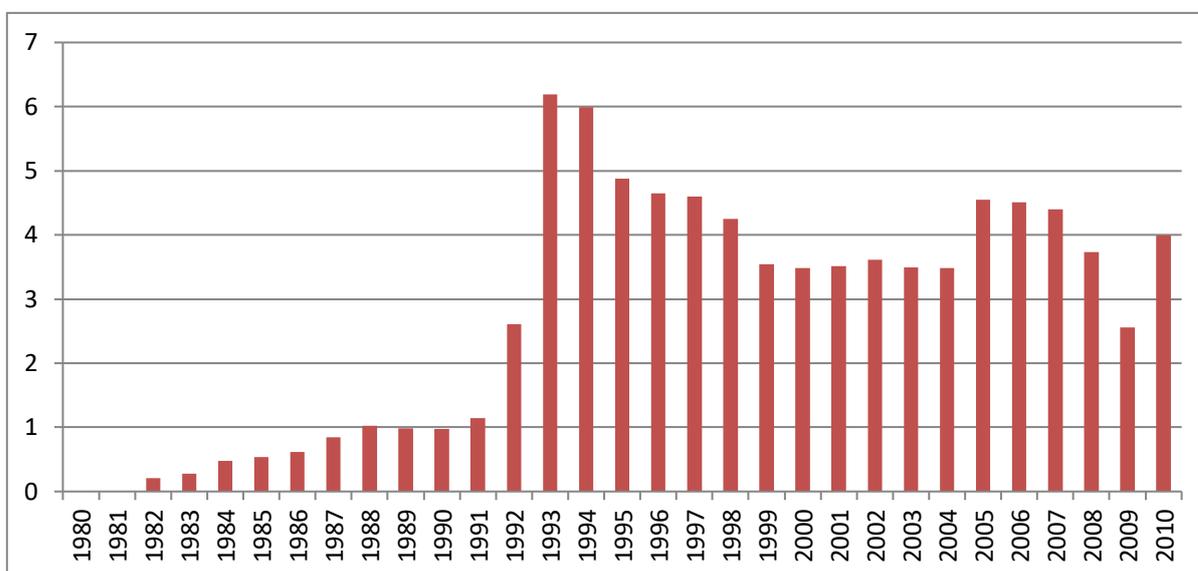


FONTE: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (TheGlobalEconomy.com)

Aliado ao sucesso econômico da China em relação a exportações há necessidade em destacar a entrada de investimentos diretos estrangeiros na economia. Foi através dessa entrada de capital que o país pôde manter e aumentar seus investimentos cada vez mais. É relevante o fato de a maioria das empresas serem controladas pelo governo, fato este que beneficiou a política de investimentos, mas as políticas econômicas e cambiais implantadas pelo governo foram determinantes no controle de proteção das empresas chinesas e evitaram a saída descontrolada de capital por meio das importações. Desta forma, tais medidas também foram determinantes no sentido de atrair novos investimentos através de *joint ventures* acelerando o seu processo de *catch up*, destaca Milaré e Diegues (2014). “Até 1991 eles permaneceram abaixo de 1% do PIB: sua expansão mais vigorosa ocorre a partir deste ano. Em 1995 o IDE atinge 5% do PIB.” (NAUGHTON apud MEDEIROS, 1997, p.6)

Dessa forma, a China pôde aprender com seus parceiros e iniciar um processo de “engenharia reversa” nos mais diferentes setores. A cópia teve (e tem) um papel importante no desenvolvimento da indústria chinesa. Com pouca segurança em relação à propriedade intelectual, grupos nacionais chineses conseguem copiar produtos estrangeiros e ofertá-los no mercado internacional a um preço mais baixo devido, em grande medida, ao apoio proporcionado pelas políticas de incentivo à exportação: crédito subsidiado, câmbio depreciado, isenção/redução tributária para exportação etc. Ademais, as *joint ventures*, ao transferirem tecnologia, paulatinamente possibilitam que os chineses criem grupos nacionais capacitados para concorrer no mercado internacional não com preços baixos, mas também com ganhos crescentes de qualidade para seus produtos. Ao absorverem as mais modernas técnicas de produção e os melhores processos de gestão das empresas multinacionais que se inserem no mercado chinês, os grupos nacionais, capitalizados pelo Estado, ganham competitividade e tornam-se importantes agentes no mercado internacional – em alguns casos, adquirindo empresas (ou divisões destas) de renome internacional. (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p 20)

Gráfico 10 - China – Entrada de IDE 1980 – 2010 (Em porcentagem do PIB)



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (TheGlobalEconomy.com)

Entretanto, o planejamento e autonomia do governo de Xiaoping foram essenciais para o direcionamento da entrada de IDE na China, Milaré e Diegues (2014) afirmam que o governo direcionou os investimentos para áreas estratégicas, como por exemplo, as indústrias de alta tecnologia. O governo também restringiu a entrada de indústrias que não atendessem as políticas nacionais e estimulou o equilíbrio do desenvolvimento de forma a abranger todo o território, do litoral ao interior. Todavia, tem-se a impressão que o a entrada de IDE foi determinante no aumento da capacidade produtiva da China, quando na verdade tais investimentos foram utilizados para estimular as exportações, e essenciais na absorção de tecnologias, ressalta Milaré; Diegues (2014) ao afirmar que somente cerca de 7% (em média) é utilizado para FBCF¹⁷ na economia chinesa.

Dentre os tantos artifícios utilizados pelo governo chinês durante o processo de reestruturação e desenvolvimento da sua economia que teve início no fim dos anos 70. Outra estratégia realizada pelo governo se deu pela forma de inserção da China junto a OMC¹⁸. Para que a China fosse aceita junto a OMC foram exigidas várias medidas que deveriam ser adotadas pelo seu governo, como a reformas no

¹⁷ Força bruta de capital fixo.

¹⁸ Organização Mundial do Comércio

setor financeiro, ajustes fiscais e tributários e mudanças em relação à propriedade intelectual. Tendo em vista as dificuldades que a indústria nacional iria enfrentar com a abertura repentina do seu comércio, o governo procedeu tais alterações de forma gradual, de forma que as empresas se preparassem da melhor forma até que a abertura comercial se desse por completa, fato este que só veio a ocorrer em 2001. “Uma vez preparada para concorrer internacionalmente, ao entrar para a OMC, a China teria maior acesso aos mercados dos demais países, principalmente em relação aos produtos das indústrias de manufatura leve, seu principal setor de exportação até então.” (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p 22)

Como consequência do aumento do volume exportado, pode-se observar o ganho de participação no comércio internacional. Em 1982 o comércio exterior da China representava 1,1% do mundial; em 1992 este já atingia 2,3%; em 2001, ano de sua efetiva entrada na OMC, representava 4,3%; e, em 2010, atingiu a marca de 10,4%. (MILARÉ; DIEGUES, 2014, p 23)

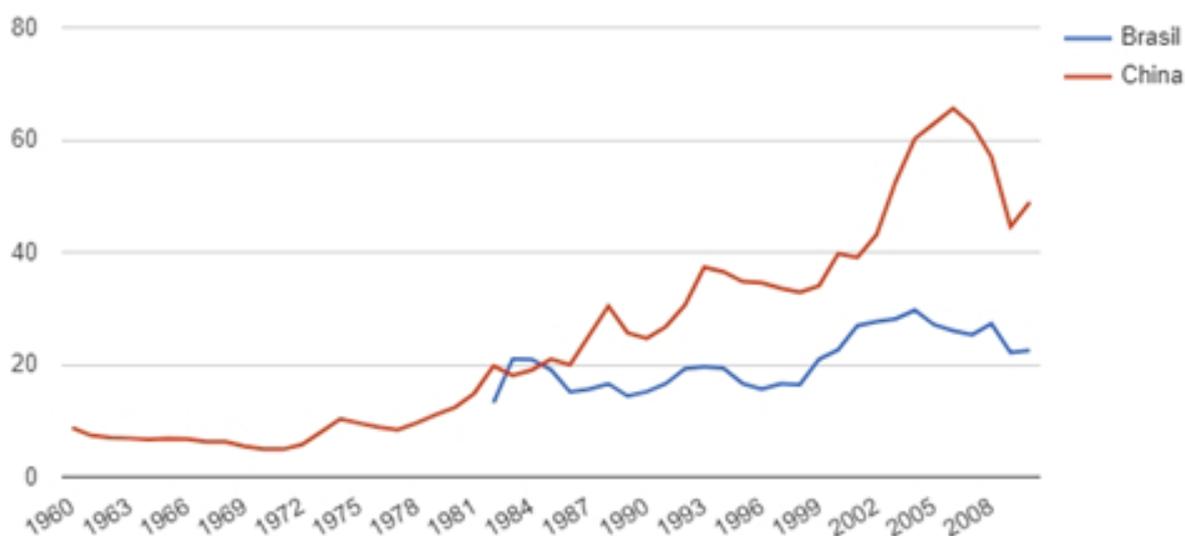
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os fatores abordados nos capítulos anteriores, podemos destacar várias diferenças entre o processo de industrialização chinês e brasileiro. No qual podemos considerar, em sua maioria, como falhas no processo de desenvolvimento econômico. Isso se dá em vários pontos, e podem ser observados ao longo do trabalho, pois não só diferenças foram abordadas.

Quanto ao início do processo, o Brasil teve um início mais precoce, a partir do plano de metas em 1956, enquanto a China iniciou seu processo apenas no final dos anos 1970. Assim como a China, o Brasil objetivou o protecionismo da economia, a substituição das importações, e o incentivo a indústria nascente e empresas estatais. Visões semelhantes, cujo objetivo era desenvolver uma economia sólida. Ambos os países precisaram de investimentos externos para iniciar o desenvolvimento e passaram por períodos de crise e estagnação econômica, embora em épocas diferentes, eram países com forte produção agrícola e com mão de obra pouco qualificada e barata.

Todavia, a partir da abertura comercial da China e inserção de capital externo as semelhanças acabam, pois apesar da dependência de capital externo, foi possível manter suas empresas estatais e fortalecê-las. Além disso, os investimentos iniciais da China focaram não só no setor industrial, mas na melhoria do setor agrícola, as matrizes energéticas, e na educação, com obtenção de resultados significativos posteriormente. Em contra partida, no Brasil, o plano de metas que englobava o desenvolvimento de vários setores da economia não obteve resultados satisfatórios, o crescimento ocorreu durante alguns anos em alguns setores, mas não houve continuidade. Em várias áreas, como o caso da educação, as políticas não foram assertivas de forma a evidenciar os resultados esperados.

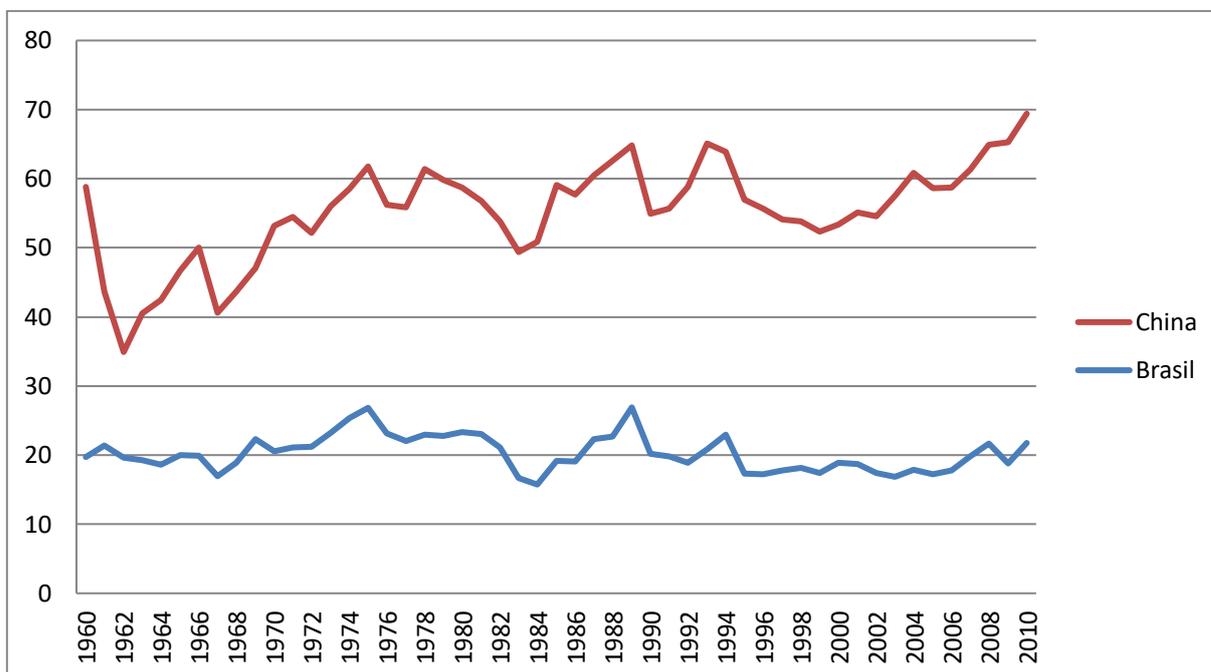
Gráfico 11 - China - Abertura ao comercial internacional – 1960 - 2010(IMP + EXP em % do PIB)



FONTE: TheGlobalEconomy.com e World Bank

As principais empresas da China são controladas pelo Estado, com os lucros obtidos sendo reinvestidos na própria economia, tal preocupação do governo chinês se dá desde o período Maoísta com controle rígido e acompanhamento do governo. Assim como as empresa multinacionais, que para terem permissão de se instalar no território chinês firmaram acordo com o governo no qual se comprometiam a reinvestir parte dos seus lucros por determinado período na filial chinesa, assim se adequaram as normas estabelecidas pelo governo nas ZEEs e obtiveram os tantos benefícios concedidos a elas gerando lucro para as empresas e benefícios para a China, que através da instalação dessas empresas adquiriam conhecimento e novas tecnologias para aplicar na sua produção interna e poder competir no mesmo patamar com produtos nacionais no mercado mundial.

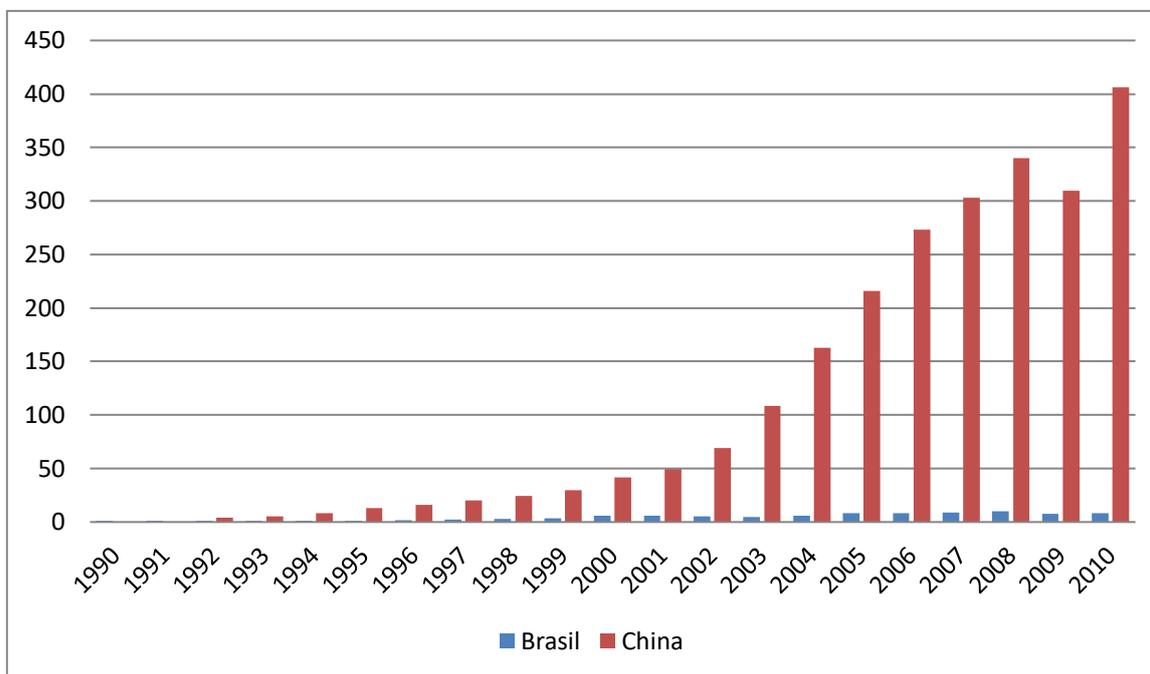
Gráfico 12 - Investimento em capital – 1960 - 2010 (Em percentagem do PIB)



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (TheGlobalEconomy.com)

Avaliando a participação das multinacionais na economia interna, no Brasil elas se instalaram e, ao invés de investir em novas tecnologias e maquinários enviaram para o país máquinas ultrapassadas. Além disso, o desenvolvimento de novas tecnologias e pesquisa de novos métodos ocorria em suas matrizes e só viriam ser repassados para as filiais brasileiras assim que todo o processo de proteção intelectual fosse finalizado, de modo que os benefícios gerados por tais aplicações ao modo de produção não pudesse ser usado para benefício além das suas dependências, ou seja, não trazendo ganhos para o produto e as indústrias nacionais. Além do mais, usufruíam do financiamento concedido pelo governo brasileiro para subsidiar seus investimentos. Enquanto que na China, as multinacionais só tiveram sua entrada no país permitida após firmar acordos de concessão de novas tecnologias (P&D) que fossem desenvolvidas em seu território, o que permitiu uma evolução da indústria chinesa baseada na tecnologia das grandes empresas mundiais, e que através do conhecimento adquirido pôde desenvolver suas próprias tecnologias nos grandes centros que foram implantados no seu território.

Gráfico 13 - Exportações de alta tecnologia – 1990 - 2010 (Em milhões de dólares)



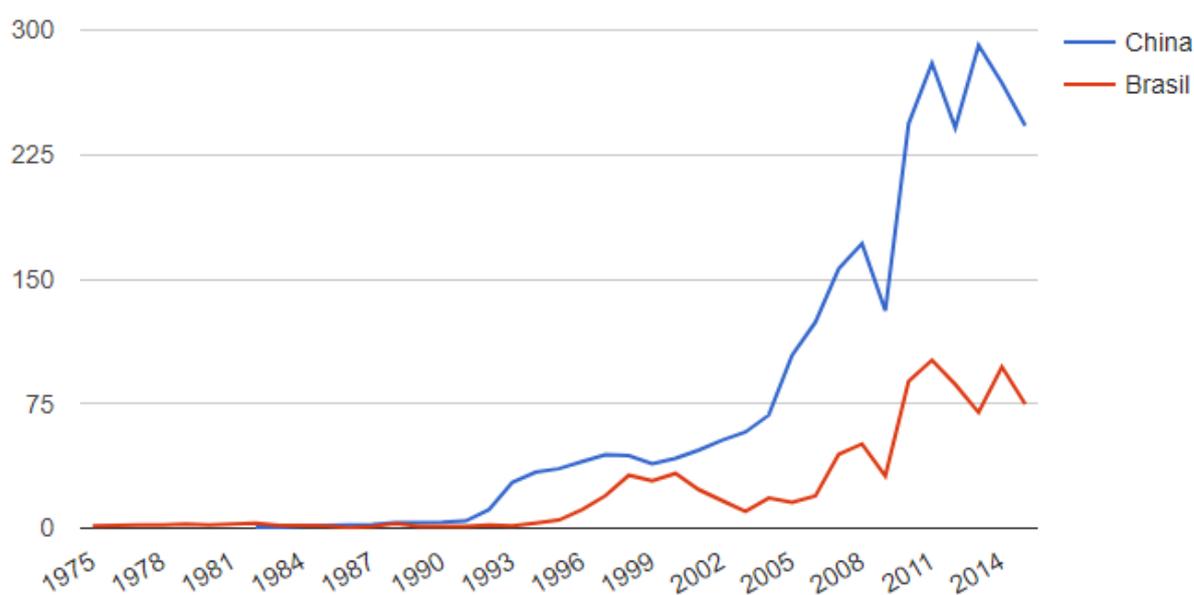
FONTE: TheGlobalEconomy.com e World Bank

Os ganhos para a economia em relação a tais investimentos realizados pelas empresas multinacionais, através do modelo de *joint venture* implantando pelo governo chinês, proporcionaram a entrada de capital estrangeiro utilizado, principalmente, no financiamento dos centros tecnológicos para pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que, posteriormente, vieram a ser utilizadas de forma a aumentar a capacidade produtiva da China, e que também incrementaram sua gama de produtos e serviços a serem exportados, como vemos no gráfico acima. Prova disso, “em 1993 o ingresso de IDE excedeu em 10 vezes o ingresso de empréstimos comerciais”. (NOLAN apud MEDEIROS, 1997, p.8)

No caso brasileiro, o destaque da indústria eram as empresas de automobilismo, bens duráveis e farmacêuticos, e a maioria delas eram multinacionais. Com isso, os lucros obtidos eram repassados as suas matrizes estrangeiras. Nesse caso, as reservas nacionais eram prejudicadas e o governo brasileiro não conseguia financiar as empresas nacionais, que perdiam espaço no mercado, acabando, por fim, refém das empresas estrangeiras que passavam a controlar o mercado. Como exemplo, Brum (2009) demonstra que se considerarmos o auge da economia brasileira, “milagre econômico”, as onze maiores grandes

multinacionais brasileiras enviaram em uma década cerca de US\$775 milhões¹⁹ para suas matrizes, enquanto investiram menos de US\$ 300 milhões²⁰ desde sua instalação no Brasil até 1974. Isto demonstra a diferença nos acordos de inserção de multinacionais nos dois países.

Gráfico 14 - Entrada de IDE - 1975 - 2010 (Em bilhões de dólares)



FONTE: TheGlobalEconomy.com e World Bank

Além disso, cabe destacar os esforços realizados pelo governo brasileiro no financiamento de muitos projetos e planos de governo, com intuito de fomentar a economia, através de crédito externo, o que tornou o Brasil ainda mais dependente de outras nações, e um país com altos níveis de endividamento. Isso limitou o Brasil na realização de novos investimentos e projetos de caráter industrial em prol de benefício a sua economia, esta diferença fica ainda mais clara na análise do gráfico 15 que apresenta os níveis de endividamento dos dois países, deixando explícita a disparidade e a dependência financeira nas últimas décadas.

¹⁹ Fonte: Brum, 2009, p. 344 (tabela 23)

²⁰ Idem

Gráfico 15 - Dívida externa (Em percentagem do rendimento nacional bruto)

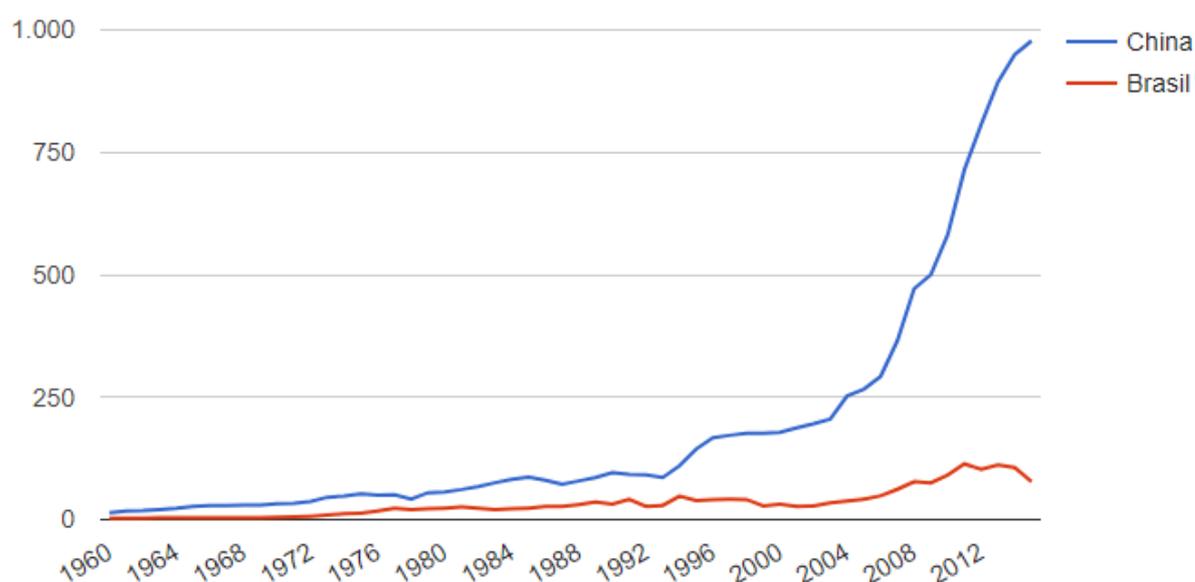


FONTE: TheGlobalEconomy.com e World Bank

Quando falamos de infraestrutura, a China está muito a frente do Brasil desde o início do seu processo de desenvolvimento. Os investimentos realizados pela China no início do processo mostraram as suas pretensões, a busca por parcerias comerciais, uma vez que o país era totalmente dependente das matrizes energéticas (petróleo e gás), assim como a construção das ZEEs que se tornaram essenciais no processo de acúmulo de capital. Além do que, as políticas protecionistas, por meio de políticas cambiais e fiscais, foram bem realizadas pelo governo chinês. Mesmo com a indústria como a principal setor da economia nacional, a China continuou investindo no setor agrícola, e por muito tempo continuou sendo determinante para manter os altos níveis de crescimento do PIB. Já o Brasil, seguindo a ideologia da CEPAL, deixou de lado o setor agrícola em determinados momentos e priorizou somente a indústria. Observa-se que, no caso chinês, o setor agrícola foi um fator de acumulação de capital muito importante para os investimentos da indústria no início do processo, quando não se pôde contar com investimentos externos. Prova disso são os números demonstrados no gráfico 16, que apresentam a participação da agricultura no PIB ao longo do tempo. No caso da China, a partir da sua grande reforma econômica a agricultura não foi deixada de lado e foi determinante na composição do PIB apresentando números expressivos, na casa dos 30% do PIB do

país, enquanto o Brasil apresenta percentual abaixo dos 20% em todo o período apresentado.

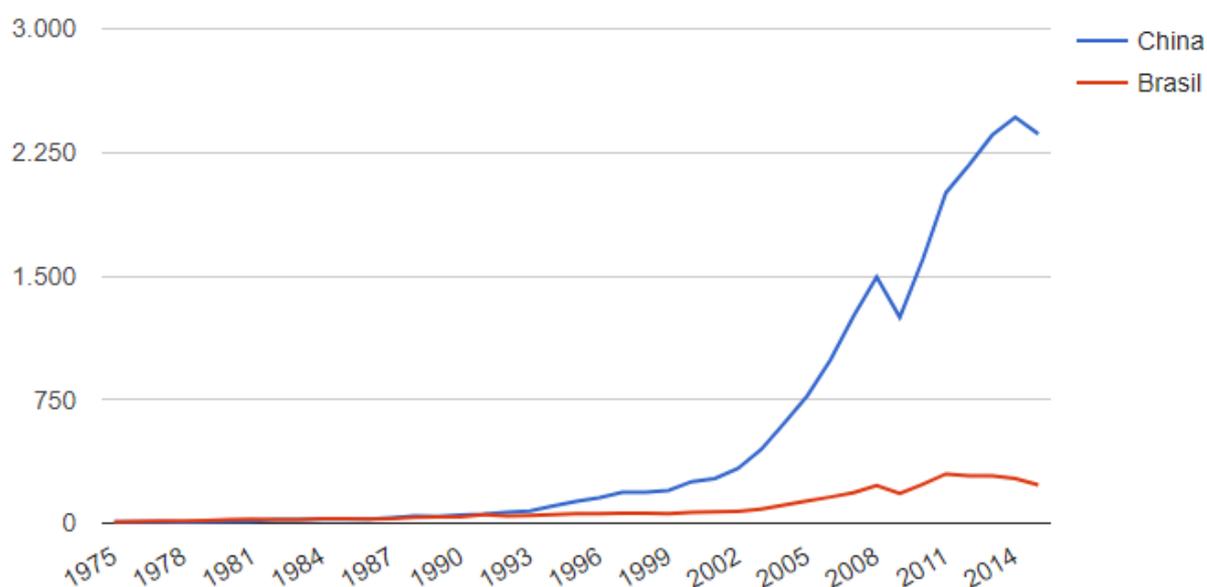
Gráfico 16 - Valor acrescentado pelo setor agrícola – 1960 – 2010 (Em bilhões de dólares)



FONTE: TheGlobalEconomy.com e World Bank

Todavia, o ponto crucial no processo de desenvolvimento da China foi às exportações. A China, através das várias políticas implantadas pelo governo desde o início de sua Reforma, em 1978, buscou manter o superávit na sua balança comercial. Foram realizadas políticas de proteção à indústria nacional, inclusive com o retardo à entrada na OMC para fortalecimento da indústria, políticas fiscais com objetivo de dificultar o ingresso de produtos importados no país, e ainda barreiras alfandegárias de modo a restringir o comércio exterior. Além disso, houve a implantação de políticas cambiais realizadas pelo governo com intuito de manter as exportações sempre em primeiro plano. No processo de desenvolvimento brasileiro, o governo implantou medidas semelhantes às chinesas, no entanto os resultados nunca foram os mesmos, a dependência brasileira por produtos importados sempre foi um problema na busca pelo superávit comercial, as medidas para substituir as importações não tiveram o êxito esperado.

Gráfico 17- Exportação de bens e serviços (Em bilhões de dólares)



FONTE: TheGlobalEconomy.com e World Bank

Ainda que tantas medidas tenham sido realizadas pelos governos, dentre os tantos projetos abordados no período analisado, cabe ressaltar a falta de êxito nas inúmeras políticas públicas realizadas em prol do desenvolvimento em infraestrutura, como também, as falhas nas políticas de incentivos à entrada de empresas estrangeiras em território brasileiro. No entanto é importante frisar que o fato da china realizar sua reestruturação econômica tardia proporcionou vantagem em relação a muitos países, pois o governo chinês pode ter como base os vários exemplos de êxito na economia mundial e, evitar repetir as falhas realizadas por tantos governos, inclusive o Brasil, no seu processo de desenvolvimento industrial. “A estratégia de desenvolvimento adotada na China a partir de 1978 combinou e aplicou, de forma original, diversas políticas baseadas em sua própria história e em diferentes experiências internacionais” (LIMA, 2005, p.5)

Tais diferenças levaram a um maior sucesso no crescimento da economia chinesa, em especial no setor industrial, que é o braço forte da economia capitalista, em relação ao crescimento da economia brasileira. Porém, não devemos desmerecer o crescimento brasileiro nesse setor, que foi significativo, apenas não apresentou o mesmo êxito chinês.

REFERÊNCIAS

BAER, Werner. A economia brasileira: uma breve análise desde o período colonial até a década de 1970; uma abordagem.... 2.ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: Nobel, 2003. 509 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo de desenvolvimento de Kaldor. Disponível em: <<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/147>>>

BRITO, Paulo. Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas/ Paulo Brito, 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 2004.

BRUE, Stanley L. História do pensamento econômico. 1.ed. São Paulo: Thomson, 2005. vii, 553 p.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro / Argemiro J. Brum, 26 ed. – Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2009. 571 p.

COSTA, Rubens Vaz da / A Teoria do Desenvolvimento Econômico - Joseph Schumpeter. 08/1982. Disponível em <<<http://www.seccri.com.br/arquivos/1280330815.pdf>>>

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. História do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 501 p.

FURTADO, Celso. Características Gerais da Economia Brasileira. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2410>>

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Org.). Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005. 425 p.

GONÇALVES, Renata da Silva, / A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro. Disponível em: <<<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/viewFile/4184/3965>>>

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández / A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961 I I Jacqueline Angélica Hernández Haffner. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 238 p.- (Coleção História; 49)

LACERDA, Antonio Correa de; RÉGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. Economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Saraiva 2006. 304 p.

LIMA, Fábio da S.. As Reformas Estruturais na China após 1978-A abertura da economia. Disponível em: << <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000359326> >>

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. Revista de Economia Política, v.9, n.4, out. / dez. 1989. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311536420.MANTEGA_CelsoFurtado_e_o_pensamento_economico_brasileiro.pdf>

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego B.. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. Revista de Economia Política (Impresso), v. 34, p. 139-157, 2014. Disponível em: << <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649101> >>

MEDEIROS, Carlos. Aguiar de. - China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. In: III Conferencia Nacional de Política Externa e Política Internacional. (Org.). China. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008, v., p. 89-113.

MEDEIROS. Carlos Aguiar de, - Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China. São Paulo, 1997 - Disponível em: <<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/medeiroschina.pdf>>>, acesso em (20/06/2015).

MILARÉ, Luís F. L.; DIEGUES, Antônio C.. A industrialização chinesa por meio da tríade autonomia-planejamento-controle. Leituras de Economia Política (UNICAMP), v. 22, p. 65, 2014. Disponível em: << <http://www.revistalep.com.br/index.php/lep/article/view/144/114> >>

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. Revista de Economia Política (Impresso), v. 30 nº 2, p. 201/218, 2010. Disponível em:<<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200002 >>

OLIVEIRA, Carlos A. B.. Reformas Econômicas na China. Disponível em: <<
<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=73&tp=a> >>

SANTOS, Élson R. de Souza. Nicholas Kaldor: as contribuições para desenvolvimento e as críticas ao equilíbrio na economia. Disponível em:
<<http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/elson_santos_HPE.pdf>>

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. 5.ed., rev. São Paulo: Atlas, 2005. 313 p.

SULEIMAN, Amanda B.. O salto econômico da China: Crescimento e Mudança. Disponível em: <<
http://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/monografia/ciencias-economicas/2008/amanda_battaglini.pdf >>

VIEIRA, Flávio V.. China: Crescimento Econômico de Longo Prazo. Revista de Economia Política (Impresso), São Paulo, v. 26, n.3, p. 400-424, 2006. Disponível em: <<
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000300005&script=sci_arttext&tlng=pt >>

ZEMIN, Jiang 1926 – Reforma e construção da China / Jiang Zemin; tradução da Rádio Internacional da China. – Rio de Janeiro: Record, 2002.